

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS - MESTRADO

DANIELLE BRANCALHÃO DOS SANTOS

**UMA PERSPECTIVA FUNCIONALISTA SOBRE A
MULTIFUNCIONALIDADE DO CONECTOR 'MAS' EM
REPORTAGENS E CARTAS DE LEITORES DA REVISTA VEJA.**

MARINGÁ - PR

2011

DANIELLE BRANCALHÃO DOS SANTOS

**UMA PERSPECTIVA FUNCIONALISTA SOBRE A
MULTIFUNCIONALIDADE DO CONECTOR 'MAS' EM
REPORTAGENS E CARTAS DE LEITORES DA REVISTA VEJA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (Mestrado), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração: Estudos Linguísticos.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Cristina Jaeger Hintze

MARINGÁ – PR

2011

DANIELLE BRANCALHÃO DOS SANTOS

**UMA PERSPECTIVA FUNCIONALISTA SOBRE A
MULTIFUNCIONALIDADE DO CONECTOR 'MAS' EM
REPORTAGENS E CARTAS DE LEITORES DA REVISTA VEJA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (Mestrado), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração: Estudos Linguísticos.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Cristina Jaeger Hintze

Aprovada em ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Ana Cristina Jaeger Hintze
Universidade Estadual de Maringá - UEM
Presidente da Banca Examinadora

Prof. Dr. Manoel Messias Alves da Silva
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Prof.^a Dr.^a Elódia Constantino Roman
Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG

Aos meus anjos do Céu e da Terra...

sei que olham por mim!

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha mãe, avós e tio que me guiam de um lugar superior;

A minha família e amigos, com quem seria injusta ao citar um ou outro, pois cada um sabe o quão me foi importante, presente, estimulante; cada um sabe o quanto agradeço pela paciência e auxílio;

Aos professores desta Universidade, que tornam meu caminho mais fácil desde a graduação;

Aos professores de minha banca examinadora, Prof^a Dr^a Fabiane e Prof^o Dr^o Manoel, pela colaboração e ajuda;

Em especial, agradeço a minha orientadora, Prof^a Dr^a Ana Cristina, pela ajuda, ensinamento, orientação e pela paciência extrema quando muito precisava. Alguém em quem devo me espelhar;

À CAPES pela bolsa de estudos concedida no período de 2010 a 2011.

SANTOS, Danielle Brancalhão dos. **UMA PERSPECTIVA FUNCIONALISTA SOBRE A MULTIFUNCIONALIDADE DO CONECTOR 'MAS' EM REPORTAGENS E CARTAS DE LEITORES DA REVISTA VEJA (82 f)**. Dissertação (Mestrado em Letras. Descrição Linguística). Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Ana Cristina Jaeger Hintze. Maringá, 2011.

RESUMO

Este trabalho consiste em analisar o uso do conector '*mas*' em gêneros textuais distintos: a reportagem e a carta do leitor. Na composição do *corpus*, utilizamos publicações da revista Veja, selecionando 113 ocorrências do juntor em estudo entre as reportagens mais comentadas e suas respectivas cartas de leitor. Objetivamos avaliar se a influência dos gêneros textuais no emprego dessa estrutura linguística pode ser comprovada, além de analisarmos aspectos sintático-semânticos de sua utilização. Nossa pesquisa baseia-se no Funcionalismo Linguístico, pois isso nos permite estabelecer uma relação entre o uso e as regras gramaticais, além de comparar a teoria funcionalista à teoria das gramáticas tradicionais no que diz respeito à coordenação, às conjunções e, especificamente, ao juntor '*mas*'. Foram analisados alguns parâmetros relacionados ao uso desta conjunção: a ocorrência de compartilhamento de sujeito e a forma como ela foi estabelecida – por pronome, sintagma nominal, anáfora zero ou o não compartilhamento; a extensão textual vinculada à oração introduzida pelo conector – se é apenas outra oração, um enunciado ou um sintagma nominal; o compartilhamento de tempo verbal entre as orações relacionadas e o valor semântico adquirido pelo conector em cada contexto, de acordo com a proposta de Neves (1984). Pudemos observar em nosso estudo novos empregos do conector '*mas*', que marcam a evolução da língua em uso e novos empregos em relação ao que é abordado pelas gramáticas normativas tradicionais.

Palavras-chave: Descrição linguística; Funcionalismo; conector '*mas*'; gênero textual.

SANTOS, Danielle Brancalhão dos. **A FUNCTIONAL PERSPECTIVE ABOUT THE MULTIFUNCTIONALITY OF THE CONNECTOR 'BUT' IN REPORTS AND READERS'S LETTER OF VEJA MAGAZINE (82 f)**. Dissertation (Master in Letters. Linguistic Description) . State University of Maringá. Supervisor: Ana Cristina Jaeger Hintze. Maringá, 2011.

ABSTRACT

This work presents an analysis of the use of the connector '*but*' on textual distinct genres: a report and the reader's letter. In the composition of the *corpus*, we used the publications of Veja magazine, selecting 113 occurrences of the item in the study on the most commented reports and their reader's letter. Our goal is to analyse if the linguistic structure '*but*' suffer any kind of influence from textual genres, moreover analysing sintatic and semantical aspects of this connector. Our research is based on the Linguistic Functionalism, because this allows us to establish a relationship between usage and grammar rules, and compare the functionalist theory to the theory of traditional grammars with regard to coordination, the conjunctions and specifically, the breaker '*but*'. Some parameters related to the use of this conjunction were analyzed: the occurrence of shared subject and how it was established - by pronoun, noun phrase, zero anaphora or not sharing, the textual extent linked to the sentence introduced by the connector – if it is just another sentence, an statement or a noun phrase, the share of tense between the related sentences and the semantic value acquired by the connector in each context, as proposed by Neves (1984). Was possible to observe in our study new uses of the connector '*but*', which mark the evolution of the language in use and new uses in relation to what is covered by the traditional normative grammars.

Keywords: linguistics description; Functionalism; the connector '*but*'; textual genre.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Representação do processo de comunicação verbal.....	18
Quadro 2 - Encaixamento de orações proposto por Halliday (1985), adaptado por Neves (2007).....	26
Quadro 3 – Modelo CARS proposto por Swales (1990).....	47
Quadro 4 - Gradação entre orações adversativas e concessivas.....	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Compartilhamento de sujeitos	62
Tabela 2 - Extensão textual	64
Tabela 3 - Valor semântico em orações de direções opostas	66
Tabela 4 - Valor semântico em orações de mesma direção	67
Tabela 5 - Valor semântico em orações de direções independentes	68
Tabela 6 - Valor semântico de eliminação	70
Tabela 7 - Tempos verbais	71

SUMÁRIO

Introdução	10
1. Considerações gerais	10
2. Justificativa	11
3. Objetivos do estudo	11
4. Hipótese	12
5. Organização da dissertação	12

CAPÍTULO 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1. O funcionalismo.....	14
1.1 Perspectivas funcionalistas	16
1.1.1 Halliday	16
1.1.2 Dik	16
1.1.3 A perspectiva da Gramática Funcional do discurso	21
1.2 Perspectiva tradicional dos processos de articulação de orações	22
1.3 O coordenador “mas” sob a perspectiva tradicional	24
1.4 O coordenador “mas” sob o enfoque funcional	25
1.4.1 A prototipicidade	28
1.4.2 O emprego da rotulação e recategorização.....	29
1.5 A multifuncionalidade do conector “mas”	30
1.6 A perspectiva discursiva do conector	39
1.7 As perspectivas sociais do estudo de gênero	41
1.7.1 A perspectiva de Bakhtin	42
1.7.2 A perspectiva de Swales	44
1.8 O gênero carta.....	47
1.9 O gênero reportagem.....	50

CAPÍTULO 2 METODOLOGIA

2. Constituição e caracterização do corpus	51
2.1. Procedimentos metodológicos	54

CAPÍTULO 3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

3. Análise e discussão dos resultados	56
3.1.Parâmetros para análise	56
3.2.Dados analisados	61
Conclusão	73
Referências bibliográficas	78
Anexo	81

INTRODUÇÃO

1. Considerações gerais

A língua é um meio vivo pelo qual nos comunicamos. Ela é a facilitadora de nossa comunicação através dos mais variados veículos: visuais, auditivos, escritos. É capaz de nos proporcionar os mais diversos sentimentos e pensamentos, além de ser uma forma capaz de excluir socialmente devido à sua grande variedade, nem sempre compreendida e aceita. A Linguística, especificamente a Descrição Linguística, é uma das áreas responsáveis por sistematizar e organizar estudos que expliquem ou identifiquem novos processos que representam as mudanças no uso da língua, seja no seu aspecto lexical, semântico e/ou sintático.

Consideramos o Funcionalismo como a corrente linguística mais adequada para embasar nosso estudo, pois analisa o uso gramatical e contextual da língua; os aspectos que ultrapassam os limites 'escritos', como a condição de produção do discurso e de seus produtores; investiga possíveis causas de fenômenos linguísticos e possui uma gramática voltada às ocorrências recorrentes ao uso da língua e não formadas por possibilidades linguísticas ideais ou em desuso. Esta perspectiva considera ainda as funções a que servem as formas e está subsidiada pela concepção de linguagem que considera a língua um instrumento de comunicação. Para o funcionalismo, o discurso é muito importante, porque a comunicação não ocorre por meio de frases isoladas, mas sim por meio do discurso que ocorre em situações comunicativas reais. Por isso, os funcionalistas afirmam que a língua não pode ser analisada como um objeto autônomo, mas sim como uma estrutura sujeita a pressões provenientes das diferentes situações discursivas. Sendo assim, o objetivo do funcionalismo é explicar como o falante utiliza os recursos linguísticos na comunicação e se o faz de forma eficiente.

Reconhecemos, pois, que embora o presente trabalho analise as orações conectadas pelo 'mas', abre perspectivas para a observação de ocorrências de usos reais em textos escritos do gênero carta com diferentes

subcategorias, ao mesmo tempo em que evidencia a necessidade de mais investigações que possam explicar como os falantes elegem estratégias comunicativas para realizar as suas intenções e, por meio delas, obter seus propósitos.

Uma vez que seja possível uma descrição dos meios ou percursos de que o falante se vale, é possível, pois, sistematizar, ou pelo menos apontar para as “preferências” de uso da língua que estão em andamento e acabam por alterar todo esse conjunto multissistêmico, que é a língua.

2. Justificativa

O interesse pelo tema proposto e o conseqüente desenvolvimento deste trabalho justifica-se inicialmente pela não regularidade no uso da língua, o que a torna muito importante e faz-nos pensar se há uma explicação para todos esses fenômenos ou se é apenas uma evolução natural da Língua Portuguesa. A partir dessas hipóteses, a multifuncionalidade do conector ‘*mas*’, que nem sempre é empregado em sua função prototípica, de conector adversativo, e pode apresentar também uma relação ‘maior’ que a relação binária entre segmentos, tornou-se a motivação de nossa investigação.

O conteúdo abordado por alguns manuais de gramática trata o elemento ‘*mas*’ de forma bastante restrita, ignorando a evolução de sua aplicação na Língua Portuguesa oral e/ou escrita. Justificamos nossa pesquisa pela possível discussão que pode ser traçada a partir de nossos resultados, para que uma visão mais ampla possa ser considerada sobre o uso dos conectores oracionais, principalmente o conector ‘*mas*’ e sua amplitude pragmática, além de ser refletido nas formas de ensino – tanto superior como básico.

3. Objetivos do estudo

Este trabalho tem como objetivo geral avaliar o conector 'mas' na organização textual dos gêneros reportagem e carta de leitor. Nossos objetivos específicos são:

- a) Avaliar se há influência do gênero textual – reportagem ou carta de leitor, no comportamento desse item linguístico;
- b) Identificar o tipo de estrutura que é conectada por este juntor, o seu valor semântico, o compartilhamento de tempo verbal e o compartilhamento de sujeito;
- c) Observar seu comportamento sintático-semântico nas construções.

4. Hipótese

Cartas e reportagens são gêneros textuais distintos. Ambos possuem características específicas, com tipos de autores diferentes – jornalistas e leitores das mais diversas origens e essas diferenças podem acumular empregos alternativos desse conector.

Com base nos parâmetros mencionados, nossa análise se embasará para refletirmos se em nosso *corpus* podem acontecer os mesmos tipos de ocorrências propostos por Neves (1984) ou se existe a predominância de alguma estrutura, que pode ser influenciada pelos gêneros textuais em questão. Pretendemos analisar se existe influência do gênero textual na organização e emprego desse item, além de descrever seu perfil sintático-semântico e as estruturas que em seu co-texto, isto é, o seu 'entorno sintático', podem ocorrer.

5. Organização da dissertação

Nosso trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro mostra a fundamentação teórica e a perspectiva da gramática do discurso para os

estudos funcionalistas, com base na teoria de Halliday (1985), Dik (1989) e Hengeveld e Mackenzie (2008). Neste capítulo mostramos ainda a perspectiva das orações coordenadas sob a visão tradicional – com base em Cunha e Cintra (2001), Bechara (2004) - e sob o enfoque funcional (HALLIDAY, 1985; NEVES, 1984, 2000). Considerando que a estrutura gramatical é emergente, propusemos algumas considerações para o gênero carta e reportagem e as implicações dessas estruturas para tais gêneros. O segundo capítulo descreve o *corpus* e os procedimentos metodológicos adotados. Para facilitar a leitura, retomamos nossos objetivos e a justificativa de nosso trabalho. O terceiro capítulo realiza a análise e a discussão dos resultados. Por fim, apresentamos nossas considerações finais, retomando alguns pontos relevantes apresentados durante nossa pesquisa.

CAPÍTULO 1

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1. O funcionalismo

Funcionalismo é uma corrente linguística crescente em nosso país. Esse fato se deve, em parte, à sua capacidade de explicar fenômenos linguísticos de forma mais ampla, pautada em aspectos pragmáticos, como o contexto de produção e as condições dos falantes, que influenciam no resultado da interação comunicativa – o discurso.

Acredita-se que o início da chamada Linguística Moderna foi marcado pela publicação do Curso de Linguística Geral (CLG), em 1916, publicação póstuma, baseada em anotações feitas pelos alunos de Ferdinand Saussure durante suas aulas. Este autor observou a língua como um sistema, a partir de seu todo para então ver sua composição, seus elementos organizacionais, conhecidos então como estrutura. Sua teoria ficou marcada pelas dicotomias que estabeleceu, como: langue x parole, sintagma x paradigma, sincronia x diacronia, significante x significado. Saussure é conhecido pela cientificidade que deu à Linguística, estabelecendo a língua como seu alvo de estudo e servindo de base para o desenvolvimento do estruturalismo no século XX.

As análises saussureanas geraram e estimularam alguns questionamentos a respeito da língua, fazendo que um grupo de estudiosos, majoritariamente europeus, se juntassem para compor mais análises e estudos linguísticos, a partir dos pressupostos que lhes foram colocados. Liga-se o início desse grupo, o Círculo Linguístico de Praga, a Mathesius, no ano de 1926. Alguns nomes que compunham o grupo são: Trubetzkoy, Jakobson, Bogatiriev, Mukarovski, entre outros (MUSSALIM, 2004).

No mesmo período em que surgiam os estudos de Praga, Roman Jakobson (*apud* MUSSALIM, 2004) descreveu algumas funções da linguagem que até hoje são retomadas: emotiva, conativa e fática, as quais levam em conta os participantes da interação; poética, que privilegia a mensagem; metalinguística, na qual o próprio código é priorizado; referencial, a única que se restringe à teoria estruturalista. Ficou para Bühler a designação das

funções representativa, expressiva e apelativa, também voltadas à interação (MUSSALIM, 2004).

A partir das propostas do Círculo Linguístico de Praga, muitas vertentes denominadas funcionalistas surgiram e algumas dessas teorias e seus respectivos autores receberam grande notoriedade, como a Gramática Sistêmico-Funcional (GSF), de M. A. K. Halliday (1985), a Gramática Funcional (GF), de Simon Dik (1989) e a Gramática Discursivo-Funcional (GDF), de Hengeveld e Mackenzie (2008).

O termo função também teve várias atribuições durante períodos distintos. Conforme Neves (2004), função e funcional foram termos frequentemente utilizados na Escola Linguística de Praga sem uma definição única e homogênea, dificultando uma interpretação definitiva dos usos dos termos. É importante ressaltar que cada domínio linguístico também interfere nessas definições, pois cada análise e/ou autor podem mostrar uma interpretação diferente para um mesmo elemento.

Para Halliday (1985), a noção do termo função está ligada ao papel que a linguagem tem na vida dos indivíduos, com uma gramática paradigmática, em que o falante faz suas escolhas com propósitos definidos para construir um significado determinado. Dik (1989) prende-se à valorização do papel da expressão linguística por meio da interação verbal, tentando explicar como se dá a comunicação entre os falantes naturais (NEVES, 2007).

Torna-se difícil definirmos o Funcionalismo, haja vista a grande quantidade de autores ou teorias que se dizem funcionalistas, em graus maiores ou menores de adequação dentro do que, de fato, pode-se considerar como tal. Neves (2004, p. 1) afirma que:

Caracterizar o funcionalismo é uma tarefa difícil, já que os rótulos que se conferem aos estudos ditos funcionalistas mais representativos geralmente se ligam diretamente aos nomes dos estudiosos que os desenvolveram, não a características definidoras da corrente teórica em que eles se colocam. Prideaux (1994) afirma que provavelmente existem tantas versões do funcionalismo quantos linguistas que se chamam funcionalistas, denominação que abrange desde os que simplesmente rejeitaram o formalismo até os que criam uma teoria. A verdade é que, dentro do que vem sendo denominado ou autodenominado funcionalismo existem modelos muito diferentes.

1.1 Perspectivas funcionalistas

1.1.1 Halliday

Halliday (1985), em sua Gramática Sistemico-Funcional (GSF) considera a língua como um instrumento da comunicação, com uma gramática criada a partir dos usos que os falantes fazem da língua. O autor acredita que o sistema de regras linguísticas se dá a partir das regras utilizadas socialmente e afirma sua relevância perante a influência que os falantes têm sobre a organização linguística através das normas impostas por seu uso, que vão além do poder de (de) codificação textual. O autor identifica três metafunções da linguagem: ideacional, interpessoal e textual.

A metafunção ideacional relaciona-se à forma como o conteúdo é organizado para ser expresso pelo falante, a partir de suas experiências e da maneira como escolhe gramaticalmente as expressões que utiliza em seu discurso; está ligado à cognição. A metafunção interpessoal refere-se ao modo como o falante participa do evento de fala, como ele garante a interação e pode ainda mostrar sua expressão pessoal quanto às relações que criou com o ouvinte. Por fim, a metafunção textual que é a criação do texto propriamente dito, materializado, com as influências linguísticas no co-texto de seu produtor.

Nos pressupostos da Gramática Sistemico-Funcional, de Halliday (1985), percebemos a influência que a cognição tem no processo de formação discursiva, o que é desconsiderado por muitos gramáticos tradicionalistas, quando acreditam na 'superioridade' das normas gramaticais que devem ser seguidas para que um texto seja analisado como 'certo' ou 'errado', além da análise por meio de contextos reais ou hipotéticos, passíveis a ocorrer, investigando a norma gramatical em uso.

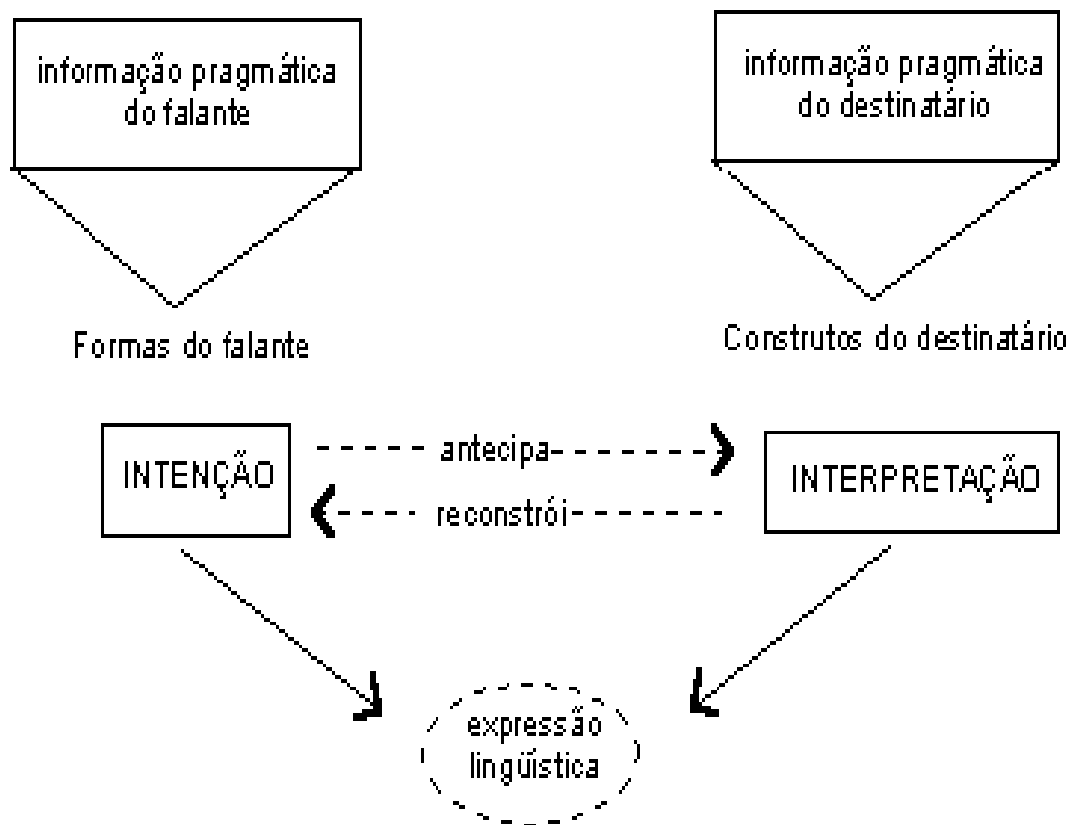
Por analisar a língua em uso, a GSF liga-se à semântica, pois é nesse contexto que a parte lexical da linguagem adquire novos sentidos – e usos, é capaz de investigar fenômenos diversos, priorizando a dinamicidade linguística, sem dispensar a sistematicidade imposta e/ou submetida à língua.

1.1.2. Dik

Simon Dik é o autor responsável pela elaboração da Gramática Funcional (doravante GF), composta por uma nova visão do discurso, que combina a visão formalista com aspectos pragmáticos desconsiderados até então. Sua proposta não supre a análise de elementos extrafrasais, avalia as implicações de orações e não do todo discursivo, porém marca um grande passo no desenvolvimento das análises linguísticas, especialmente de línguas e falantes naturais.

A GF (DIK, 1989) considera a língua como um instrumento de comunicação, parte da análise de dados empíricos, da língua em uso, investigando as construções linguísticas e as escolhas gramaticais feitas pelo falante a fim de estabelecer a comunicação. O funcionalismo se preocupa em estudar mecanismos que possibilitem seus usuários a fazer uso pleno da língua: falar e fazer-se entender de forma mútua, compartilhando, adquirindo e transformando informações necessárias para a eficiência comunicativa (DIK, 1989).

No paradigma funcional, observa-se a língua como instrumento de interação verbal, que será explicitado no esquema abaixo, proposto por Dik (1989. In: NEVES, 1997):



(Quadro 1 – Representação do processo de comunicação verbal)

Temos neste esquema uma mostra de como se estabelece o processo de produção discursiva. Falante e destinatário possuem uma informação pragmática que será parcial ou completamente compartilhada no ato comunicativo; a partir do falante, existe uma intenção que será abordada pela expressão linguística deste, antecipando o conhecimento de seu ouvinte, o conhecimento compartilhado, essencial para que a comunicação seja efetiva.

O conhecimento compartilhado é a informação pragmática necessária para que essa produção linguística seja feita, são as informações mínimas que devem ser de conhecimento comum; após a produção da expressão linguística pelo falante, espera-se a interpretação e reconstrução do destinatário com relação ao conteúdo 'dito', utilizando a informação pragmática que é de seu domínio, pressuposta pelo falante.

A ocorrência de um compartilhamento das informações pragmáticas nos faz acreditar que o ato comunicativo será potencialmente bem sucedido,

pois ambas as partes possuem condições semelhantes de compreender as expressões linguísticas que serão explicitadas, divididas, reconstruídas e antecipadas. Os aspectos pragmáticos estão estritamente ligados ao funcionalismo, pois esta perspectiva os diferencia de outras correntes que limitam suas análises às ocorrências da produção textual materializada. Não se limita às influências que resultaram nessa produção, ou somente ao percurso da produção do texto.

Para Dik (1989), a interação verbal é uma atividade cooperativa estruturada, pois é regida de normas e convenções e necessita de pelo menos dois falantes (falante/ouvinte ou escritor/leitor, etc) para ser efetivada. O autor considera dois tipos de regras: as 'textuais' – sintáticas, semânticas, morfológicas e fonológicas, e as pragmáticas – contexto de produção, falantes envolvidos, prosódia, entre outros. Essas regras coexistem no Funcionalismo para permitir uma análise mais profunda e completa das expressões linguísticas produzidas e, conseqüentemente, constituintes do discurso, sendo consideradas quando se fazem diversos tipos de análises linguísticas.

Outro ponto relevante na teoria da GF proposta por Dik (1989) é seu modelo de análise *bottom-up*, em camadas de organização formal, de maneira ascendente. Neves (1997) aponta a formação dessa teoria como uma estrutura piramidal em cuja base estão os dados linguísticos concretos das línguas particulares e em cujo topo estão os princípios que abrangem a organização de todas as línguas. Diferentes camadas intermediárias de subpirâmides indicam diferentes níveis de generalização. O movimento da base para cima (*bottom-up*) é atingido por meio de indução e generalização, a partir do mais concreto para o mais abstrato.

Dik propõe, desta forma, uma análise das orações por meio de sua representação ou estrutura subjacente, que é composta por vários níveis ou camadas ascendentes relacionados a questões organizacionais e semânticas. De acordo com Neves (1999), a primeira camada é a do predicado, que marca propriedades ou relações referentes a determinadas entidades que funcionam como seus argumentos, formando então a predicação – segunda camada. Nesta camada observamos as coisas possíveis de acontecerem num mundo real ou mental, denominado estado-de-coisas. A predicação ainda pode

ocorrer num terceiro nível/camada, a proposição, que remete a fatos possíveis, marcados por operadores e satélites que mostram uma avaliação do falante perante o conteúdo expresso. Temos a formação da última camada, o ato de fala, através da proposição contida em uma força ilocucionária, com operadores e satélites especificando questões relacionadas ao tempo, razão ou condição do ato de fala.

Podemos perceber que a última camada passível de análise na GF, proposta por Dik, é a oração. Este processo exclui diversos fenômenos linguísticos que apenas podem ser percebidos e analisados em porções maiores de texto e foi a partir dessa problemática que a Gramática Funcional do Discurso (GFD) ganhou força, propondo e estabelecendo novos parâmetros de análise para conquistar resultados mais completos e abrangentes. Dik (1989) já previa a necessidade de uma complementação em suas propostas, pois tinha conhecimento da comunicação como um todo discursivo e não como orações isoladas ou desencadeadas simplesmente.

Para Dik (1989), podemos definir algumas características gerais da corrente funcionalista:

- i. a língua é um instrumento de interação social;
- ii. a principal função da linguagem é mediar a comunicação entre os usuários;
- iii. a capacidade linguística do falante compreende não só a habilidade de construir e interpretar expressões linguísticas, mas também usar tais expressões de maneira apropriada e efetiva, seguindo os modelos da interação verbal que prevalecem na comunidade linguística;
- iv. as expressões linguísticas são compreendidas quando consideradas dentro do contexto, sendo as propriedades do contexto , determinadas pela informação contextual e situacional;
- v. os universais linguísticos são explicados através dos fins de comunicação, dos contextos em que a língua é usada e das propriedades biológicas, psicológicas e cognitivas dos usuários.

De acordo com Neves (2002), a gramática funcional justifica os enunciados relacionados às predicções (linguístico) e os estados de coisas (cognitivo), que implicam as funções sintático-semânticas. Para tornarem fatos

possíveis, no nível da proposição, esse texto deve ser capaz de causar dúvida ou surpresa, ser refletido, pensado, confirmado ou negado, que é o que acontece em nosso *corpus* – o discurso passa por um julgamento e quando há a força ilocucionária agregada, transforma-se em um ato de fala: última instância do discurso, proporcionando e necessitando da interação para que haja a eficiência comunicativa.

1.1.3 A perspectiva da Gramática Funcional do Discurso

A GDF surgiu a partir da Gramática Funcional de Dik (1989, 1997), através do trabalho de Hengeveld (2004; 2005) e Hengeveld & Mackenzie (2008), principalmente, para complementar o estudo daquele, formulando uma gramática voltada para o discurso. A GDF propõe uma teoria capaz de analisar unidades textuais de todos os tipos: menores, iguais ou maiores que a oração, num modelo de organização descendente (*Top Down*), acredita que a comunicação interpessoal é promovida por meio de discursos e não orações isoladas, o que torna a GF limitada quanto às análises linguísticas.

O modelo Top Down foi inspirado no modelo Bottom up, de Dik (1989), entretanto com o acréscimo do aspecto psicológico, que envolve os processos mentais envolvidos na articulação e interpretação de enunciados.

A representação subjacente de um enunciado, por sua vez, é descrita a partir de quatro níveis distintos de organização, a saber: o nível interpessoal (discursivo-pragmático), o representacional (semântico), o estrutural (morfossintático), e o fonológico (de expressão), respectivamente, com diferentes camadas dentro de cada um desses níveis. Assim como na GF cada uma das camadas é descrita por meio de variáveis e composta por núcleo, modificadores (antigos satélites) e operadores (lexicais ou gramaticais).

É um modelo muito recente e ainda contém pontos discordantes entre teóricos, o que será possivelmente mais bem estudado por seus autores, para que a GDF se aprimore e conquiste mais espaço. Em nosso trabalho, reconhecemos a relevância de tais estudos. Entretanto, nossa análise não contempla modelos mentais ou a interação entre falantes neste estudo. A

referência aqui demonstrada deve-se ao fato de o modelo fazer parte de uma perspectiva histórica do Funcionalismo que evidencia uma nova tendência e novas motivações para estudos posteriores.

1.2 Perspectiva tradicional dos processos de articulação de orações

A gramática tradicional divide os tipos oracionais em basicamente dois grandes grupos: orações coordenadas e orações subordinadas. Essa divisão baseia-se em critério de maior ou menor dependência entre as orações envolvidas, considerando-se, muitas vezes, apenas o conector utilizado – classificado como conjunção, que liga duas ou mais orações. Forma-se, assim, um período. Esse pressuposto, porém, desconsidera, por exemplo, aspectos semânticos imprescindíveis para uma análise mais adequada para se chegar a essa classificação, como o contexto de uso e os novos significados adquiridos por algumas conjunções, além de novos conectores criados por processos de gramaticalização.¹

Nossa fundamentação está em duas obras para abordar a visão tradicional das orações, especialmente das orações adversativas. São as gramáticas de Cunha & Cintra (2001) e Bechara (2004). Podemos dizer que as duas produções utilizam um critério majoritariamente sintático para distinguir as orações coordenadas das subordinadas, além da ideia de orações dependentes (subordinadas) e independentes (coordenadas).

Bechara (2004) exemplifica sua definição de (in)dependência oracional com o exemplo de ‘a noite chegou’, que constitui um texto, e é considerado um enunciado, desta forma, isolado. Entretanto, ao ser unida a outra unidade, torna-se dependente sintaticamente, criando um período subordinado, por exemplo: ‘O caçador percebeu que a noite chegou’. Esse vínculo exige que primeiramente olhemos para a unidade sintática toda e, em

¹ Nas palavras de Castilho (2010, p. 65), uma das tendências da Sintaxe Funcional, preocupada em dar conta dos usos linguísticos, foi em suas mais diferentes vertentes “eleger o discurso e a semântica como componentes centrais de uma língua e seu ponto de partida, considerando-se a gramática como seu ponto de chegada. Desiste-se da postulação apriorística da Gramática, buscando-se identificar os processos que se escondem por trás das estruturas”. Estudos funcionalistas mais recentes reconhecem que não podem deixar de lado as regularidades da estrutura da língua, nem sempre explicáveis por determinações de caráter social, o que se costuma denominar como “motivações em competição”, no dizer de Dubois (1985), que assinalem as línguas naturais. Esses fatores, não são, pois, excludentes.

seguida, possamos observar o termo sintático oracional que lhe compõe, o objeto direto ‘que a noite chegou’.

De acordo com esse autor (BECHARA, 2004), orações coordenadas ou paratáticas podem ser desvinculadas, sem ocorrer ‘perda sintática’, podem ser descritas em orações separadas:

“O caçador chegou à cidade e procurou um hotel”.

“O caçador chegou à cidade. Procurou um hotel”.

Bechara (2004) observa que essa separação é dada devido à posse de todos os termos sintáticos em cada uma, previstos em suas relações predicativas, o que supre a necessidade de um vínculo entre as orações.

Com relação às construções coordenativas adversativas, Bechara (2004) explica que elas “enlaçam unidades apontando uma oposição entre elas (...) ao contrário das aditivas e alternativas, que podem enlaçar duas ou mais unidades, as adversativas se restringem a duas”, criando assim um sistema binário. O autor admite as conjunções: *mas, porém* – marcadores de oposição, e *senão* – marcador de incompatibilidade, como protótipos dessa classe. Entretanto poderemos observar casos, especialmente, em nosso elemento de análise – o ‘*mas*’, não implica predominantemente uma ideia opositiva.

Cunha e Cintra (2001) utilizam critérios sintático-semânticos para diferenciar orações subordinadas e coordenadas. Para eles, as orações coordenadas possuem independência entre si, uma representa apenas um complemento prescindível à outra. Transmite-nos a ideia de que as orações podem ser desmembradas sem perda semântica, o que é impensável em alguns casos.

A ideia tradicionalmente transmitida de que orações coordenadas não se completam, não tem relação sintática e podem ser ‘separadas’, excluindo-se o conector, sem alteração semântica firma-se na obra de Cunha e Cintra (2001), Sabemos, porém, que esta é uma definição inexata, já que há relações tidas como coordenadas que têm um entrelaçamento sintático tão grande como as chamadas subordinadas.

Essas definições fizeram-nos fundamentar nosso estudo nas correntes funcionalistas, principalmente por terem uma visão mais coerente sobre as orações, justificando o uso dos casos de encaixamento das orações e porções textuais diferentes que explicariam mais satisfatoriamente muitos dos casos de língua em uso.

1.3 O coordenador “mas” sob a perspectiva tradicional

Cunha e Cintra (2001) diferenciam as conjunções coordenativas das subordinativas, afirmando que as primeiras “relacionam termos ou orações de idêntica função gramatical (...), liga elementos independentes”: Estudar e trabalhar/ Estudo e trabalho. As subordinativas mostram uma dependência entre os termos de uma oração em relação à outra: “*Depois que tiveres estudado, podes trabalhar*”, demonstrando a ligação entre a primeira e a segunda oração, de modo que não seria possível desmembrá-las sem alteração ou perda sintático-semântica.

Cunha e Cintra (2001) caracterizam a construção adversativa como aquela que exhibe algum nível de contraste, oposição, entre as orações. Entretanto mostram alguns valores possíveis atribuídos ao ‘mas’, explicitando casos de gramaticalização desse elemento, quando ele perde sua noção primeira de adversidade, como:

- a. restrição: *Vai, se quiseres, disse-me este, mas temporariamente;*
- b. adição: *Anoitece, mas a vida não cessa;*
- c. retificação: *Eram mãos nuas, quietas, essas mãos; serenas, modestas e avessas a qualquer exibicionismo. Mas não acanhadas, isso nunca;*
- d. atenuação: *Vinha um pouco transtornado, mas dissimulava, afetando sossego e até alegria.*

Os autores falam também sobre a posição do elemento ‘mas’, sempre no início da oração, ao contrário de outras conjunções, como *porém*, *contudo* e *no entanto*, que possuem mobilidade na frase:

“É noite, mas toda noite se pesca.” em oposição a:

“A igreja também era velha, porém não tinha o mesmo prestígio”;

“A igreja também era velha; não tinha, porém, o mesmo prestígio”;

“A igreja também era velha; não tinha o mesmo prestígio, porém”.

Os autores abordam também o caso em que o ‘mas’ é utilizado para retomar um assunto ou turno: “Mas continua. Não te esqueças do que estavas a contar.”, caso este em que se observa uma desvinculação quase total de sua função prototípica: conjunção adversativa (CUNHA & CINTRA, 2001). Neste processo, sua ocorrência pode ser denominada como marcador discursivo, abordado posteriormente em nosso trabalho.

1. 4 O coordenador “mas” sob o enfoque funcional

As análises com base funcionalista objetivam estudar o texto como um todo, desde sua estrutura e organização textual aos componentes semânticos e pragmáticos, não menos importantes. Devido a essa concepção, os estudos funcionalistas não subdividem as orações subordinadas e as coordenadas em polos, levando em conta apenas as relações sintáticas, desconsiderando relações semânticas, por exemplo. Certos tipos oracionais podem exercer papéis distintos daqueles exemplificados nas Gramáticas Tradicionais (GT) e na própria Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), como algumas orações coordenadas que são bastante vinculadas, sem a independência abordada por esses estudos tradicionais.

Um exemplo de teoria funcional para observarmos essa definição de tipos oracionais dá-se em Halliday (1985) quando questiona em sua obra a dicotomia coordenação e subordinação, propondo dois eixos organizacionais: o tático e o lógico-semântico. Essa proposta faz que a ambiguidade das classificações muitas vezes encontradas nos estudos tradicionais propostos

nas gramáticas se resolva, pois as orações vão necessariamente se encaixar nos dois eixos (tático e o lógico-semântico), de acordo com suas características e não por um pré-estabelecimento. Levar-se-á em conta cada contexto e cada característica exposta.

O *eixo tático* trata da interdependência entre elementos (desde palavras a cláusulas). Há dois tipos: a paratática e a hipotática. A parataxe é caracterizada pela sequência de elementos, uma relação de continuidade. Na hipotaxe, observamos uma relação de dominação entre os elementos, criando um nível de dependência – um item modificador e outro modificado. Não é incluído no eixo tático as orações encaixadas, aquelas que fazem parte da composição do ato de fala, pois elas constituem a estrutura de um sintagma formador de uma oração, e não apenas têm relação com outra oração. O encaixamento de orações, como nos casos das completivas e adjetivas restritivas, não faz parte nem das parataxes, nem das hipotaxes (NEVES, 2007). Observe o quadro de Halliday (1985), adaptado por Neves (2007, p. 232):

		Sistema tático → Interdependência			
Sistema lógico-semântico	Expansão	Parataxe (continuação)		Hipotaxe (dominação)	
		Elaboração =	Coordenadas assindéticas		Adjetivas explicativas
		Extensão +	Coordenadas sindéticas		Hipotáticas de adição
		Realce x	Falsas coordenadas (conclusivas, explicativas)		Adverbiais (causais, consecutivas)
	Projeção	-----			

(Quadro 2 – Encaixamento de orações proposto por Halliday (1985), adaptado por Neves (2007)).

No eixo *lógico-semântico*, Halliday (1985) trata dos processos de *projeção* e *expansão*. No que se refere à primeira, temos a transmissão de uma locução ou ideia, representadas pelo discurso direto na parataxe e pelo discurso indireto na hipotaxe. No que se refere à segunda, temos três tipos de

relações: *elaboração*, *extensão* e *realce*. Na elaboração, uma oração tem seu sentido elaborado por outra que a especifica ou descreve, reformulando-a ou exemplificando-a. Na extensão, uma oração amplia o sentido de outra, acrescentando uma informação nova, fornecendo-lhe uma exceção ou uma alternativa. Na relação de realce, uma oração realça o significado de outra quando a qualifica com algum traço circunstancial de tempo, modo, lugar, causa-condição, entre outros, que seriam as orações chamadas adverbiais.

Por essa via, para Halliday (1985), a linguagem satisfaz necessidades humanas e é organizada funcionalmente respeitando essas necessidades e não de forma arbitrária. Ela se molda de acordo com a situação comunicativa. Temos assim a construção discursiva de acordo com a necessidade implícita por seu uso, cada fim exige um meio distinto e não necessariamente pré-estabelecido.

Neves (2007) retoma o conceito de conjunção proposto por Halliday e Hasan (1976) quando afirmam que este item possui estreita relação semântica com as orações que liga, pois a oração que a conjunção introduz está sistematicamente ligada à anterior. No caso das orações coordenadas ou paratáticas existe uma grande ligação entre esse uso e a ordem com que ela é apresentada; essa organização textual muitas vezes esclarecerá e ajudará na contextualização desse texto.

Ainda sobre as conjunções, Neves (2007) observa um grande grau sintático nessas definições – principalmente as de cunho tradicional, sendo que podemos provar que a semântica relacionada a este item pode ser mais relevante que o aspecto sintático. Ao contrário do que habitualmente é feito: partir dos elementos menores para os maiores, a autora propõe um olhar no sentido oposto: partir do conjunto coordenador - o elemento maior, para os elementos coordenados. Discursivamente, a distribuição de orações nos textos está também relacionada à apresentação de diferentes planos que distinguem as informações centrais e as periféricas. Além disso, os verbos dessas orações podem demonstrar um grau maior ou menor de transitividade, aqui entendida sob a perspectiva de Hopper & Thompson (1980). Essa transitividade reflete sua função discursiva característica, de modo que orações com alta transitividade assinalam porções centrais do texto,

correspondentes à figura, por sua vez orações com baixa transitividade marcam as porções periféricas, correspondentes ao fundo.

A questão de figura e fundo pode ser também observada na construção de períodos oracionais. A figura será composta por uma parte mais forte do signo, dominante e relacionada à forma; o fundo, por uma parte que serve de contraste; é recessiva e ligada ao sentido. Nos casos em que observamos a coordenação, acredita-se que exista uma ordem fixa quanto a introdução de novos segmentos, pois eles não são aleatórios, acrescentam algum tipo de contribuição que gera uma sequência (NEVES, 2002). Essa noção de não mobilidade interfrasal contradiz algumas propostas tradicionalistas no que concerne à definição de períodos coordenados. Não podemos afirmar que um período coordenado possa ser desmembrado sem nenhum tipo de perda – principalmente semântica. A disposição dos segmentos na coordenação pode estar estritamente relacionada a um aspecto que corrobore para a eficiência comunicativa.

A seguir, trataremos do estudo realizado sobre o conector ‘mas’ que nos servirá como base em nossa pesquisa.² Mostraremos que muitas das classificações que se encontram nas atuais descrições carecem de observações relacionadas à regularidade/marginalidade de ocorrências. Esse critério relaciona-se à noção de prototipicidade que examinaremos a seguir. Será importante também para tal estudo mostrar que, com base nessa noção, poderemos rotular ou recategorizar alguns itens lexicais e gramaticais.

1.4.1 A prototipicidade

A prototipicidade é um dos principais temas funcionalistas, visto a falta de limitação entre algumas classificações ou categorias propostas em gramáticas tradicionais normativas, o que favorece nosso estudo, pois analisamos a língua em uso, emergente, e são nessas situações que podemos observar comportamentos alheios ao que se supõe regular. Seriam os casos marginais.

² É preciso sublinhar que, embora se possam considerar, a rigor, uma diferença entre os vocábulos *conector*, *conjunção*, *juntor* em relação às diferentes instâncias de conexão (sintagmas, frases, orações, períodos, parágrafos) tomaremos tais ocorrências como sinônimas.

O protótipo pode ser caracterizado como o item que mais tem peculiaridades dentro de determinado grupo. Esses grupos ou classes são formados pelo chamado grau de semelhança. Logo não devem ser necessariamente portadores dos mesmos traços, porém demonstram algum “parentesco”. Uns tem maior número de traços característicos, outros menos, mas nem por isso se enquadrariam em outra “família”. O protótipo é o item considerado como modelo, com a maior variedade de propriedades comuns ao grupo X. A partir desse elemento central é que se estabelecem as propriedades associativas, ou a maior parte delas, que irá delimitar cada grupo. Seguindo Neves (2007), podemos ter os conjuntos AB, BC e CD, com D pertencendo ao mesmo grupo de A, mesmo sem ter um elo direto entre eles, porém compartilham alguma peculiaridade.

Poderíamos, por exemplo, dizer que o protótipo dos juntores temporais é o ‘quando’, por ser o modelo mais próximo ao que seria ideal dentro desta categoria. Neves (2000) mostra que não são apenas conjunções que podem indicar tempo – enquanto, apenas –, mas existem locuções conjuntivas com base adverbial – antes que, depois que, assim que -, base preposicional – até que, desde que – ou mesmo com numeral – primeiro que, ou com um sintagma nominal – cada vez que, todas as vezes que, caracterizados pela sequência do ‘que’. A continuidade entre a oração nuclear e a oração temporal pode ser tanto anteposta como posposta, exigindo a marcação textual da pausa que implicará a relação semântica estabelecida conforme a ordem dada.

1.4.2 O emprego da rotulação e recategorização

Inicialmente nossa proposta abrangia a investigação do compartilhamento de sujeitos entre as orações em nosso *corpus* por meio da correferência estabelecida por pronomes, sintagmas nominais, anáfora zero e enunciados.

De acordo com Neves (2007), um objeto pode ser retomado durante o texto de diversas formas e esses processos são denominados referenciação. O objeto pode ser marcado discursivamente por meio de alguma designação textual, ser categorizado – nomeado de alguma forma e recategorizado, que

seria uma remissiva após esse processo. Em ambos os casos, existe a atribuição de predicções, pois se retomam termos por meio de elementos caracterizadores genéricos ou restritivos, como uma forma de reorganização mental do conteúdo para que seja efetivado o entendimento do discurso.

Podemos dizer que a rotulação inclui-se neste processo de recategorização, pois é um mecanismo de referenciação em que a opinião do autor é envolvida nessa retomada de um elemento textual seguindo seu julgamento. Segundo a opinião do produtor do discurso, há uma caracterização desse elemento pela qual ele continua a ser identificado.

1.5 A multifuncionalidade do conector ‘mas’

Neste tópico, falaremos sobre a multifuncionalidade do coordenador ‘mas’, baseado em Neves (1984), que nos guiará em nosso estudo para identificarmos situações semelhantes quanto ao emprego deste item em nosso *corpus*. Esclarecemos que outras publicações dessa autora sobre o conector ‘mas’ baseiam-se nesse estudo primeiro de 1984.

Neves (1984) ressalta inicialmente a ideia primeira que o conector ‘mas’ nos traz: a relação de adversidade. Entretanto, lembra-nos da importância que é analisarmos seu uso em cada contexto, em cada momento, pois isso pode acarretar cargas semânticas distintas, que fazem que o significado primeiro se desfaça. Ao contrário do que normalmente se encontra nas gramáticas tradicionais, o ‘mas’ não possui apenas a relação com a adversidade, com a ideia de oposição ou contraste entre as orações. Isso faz que algumas análises se tornem equivocadas devido à classificação gerada apenas pelo conector, de forma estrutural, sem nenhuma consideração semântica, sem a observação de todo o texto.

O significado inicial que se deve atribuir ao ‘mas’ é o da desigualdade, passando pelo contraste, contrariedade, oposição, negação, anulação e rejeição, como espécies de graus referentes a esse conector. Ele marca a diferença entre o *status* das orações a que remete, além de apresentar características específicas, como a mobilidade restrita nas orações e uma limitação quanto ao uso de ‘sinônimos’. Dificilmente pode ser trocado por

outras conjunções tidas como adversativas sem perda semântica ou sem causar estranhamento, além de não ter a mobilidade de outras conjunções, como se exemplificou em outro tópico, de poder vir no início, meio ou fim de orações, ainda que se considere sua origem adverbial, o que justifica muitos desses casos (NEVES, 1984).

Cada aproximação semântica se dá a cada contexto. Torna-se difícil generalizar esses empregos, pois pode levar a erros, como já acontece com as definições e delimitações clássicas, tradicionais. No caso das 'adversativas', observa-se primeiramente uma constatação, ou, nas palavras de Neves (1984), "uma entidade para que então se possa estabelecer alguma relação opositiva a partir do que lhe foi dado, variando em diversos graus de contraste: do mínimo- a desigualdade, ao máximo – a concessão".

Apresentaremos os possíveis valores semânticos que o 'mas' pode adquirir nos discursos. Para explicá-las, Neves (1984) utiliza a seguinte expressão para caracterizar as composições adversativas: $\langle p \text{ mas } q \rangle^3$, lembrando que q pode eliminar a existência material de p , sendo este um ser, um elemento situacional, parte do contexto e não exatamente uma oração coordenada.

Temos, então, o primeiro grupo semântico ao qual o uso do 'mas' pode remeter: a contraposição. Neste caso, q não elimina p , sempre haverá a aceitação de p para que possa existir q , e assim admitir a contraposição das orações – seja num nível mais ou menos acentuado. As orações podem estar em direções opostas (i), mas também em direções paralelas ou na mesma direção (ii), desde que se perceba uma desigualdade entre elas. O exemplo (ii) ainda mostra a diferença de polaridade entre as orações, que não limita a utilização de conectores adversativos:

(i) *"Vou bem. Mas você vai mal";*

(ii) *"Amedrontado, Noé ergueu-se. Mas não chegou a dar um passo: a porta escancarou-se e dois homens avançaram em sua direção".*

³ As indicações "p" e "q" dizem respeito às relações lógico-semânticas expressas, que assim se enunciam (nomeando-se **p** à primeira oração e **q** à segunda oração).

Podem-se observar casos de gradação na relação adversativa em (iii), pois além de algum tipo de contraste, há um patamar diferente entre as orações. Aqui vemos a oposição entre direções contrárias; temos orações que seriam gradativas se não estivessem em direções diferentes – não ser muito grande / não ser enorme:

(iii) *“O sítio ou fazenda não era muito grande, se se considerasse apenas a parte coberta de trabalho: algumas casinholas quebradas, o curral, o campo lavrado. Mas seria enorme se também se contasse com as terras largadas”.*

Há casos em que Neves (1984) observou a presença de p e q em direções opostas, porém demonstrando exemplos de compensação entre as orações, por exemplo:

iv) *Tinha de resignar-se a tolerar, durante algumas horas, a presença de Suzana, seu olhar sardônico, as vingativas perguntas que não deixaria fazer. Mas havia o menino, conversaria com ele.*

v) *Era um alarme de vida que delicadamente alertou o homem. Mas com o qual ele nada soube fazer como se visse uma flor se entreabrir e apenas olhasse.*

Nos exemplos acima, vemos a compensação expressa por q para p , em que um argumento é amenizado pelo outro. Nos exemplos temos a direção oposta dos argumentos, com polaridades distintas (não deixa de fazer > havia o menino; ser alertado pelo alarme > não saber o que fazer). Em (iv), não há gradação entre os argumentos e eles se compensam; em (v), o grau existente entre p e q pode ser marcado pela negação do argumento mais forte, seja qual for sua ordem. Temos argumentos que possuiriam a mesma direção se um deles não estivesse sendo negado e é esta ocorrência que propicia o mecanismo da compensação.

Nos próximos exemplos, observaremos a restrição, causada por q a p . Podem ser verificados alguns tipos:

a) refutação: - *Os bichos comem a gente.*
 - *Mas a gente não é só isso.*

b) acréscimo de informação: *Casou-se. Mas não foi com Luízinha.*

c) pedido de informação:

- *Ele já tem feito isso várias vezes.*
- *Mas como foi mesmo o negócio?*

Os exemplos dados por Neves (1984) contendo marcas de refutação foram extraídos de textos falados, como podemos observar através de algumas marcas gráficas: o travessão e palavras grifadas como marcação de entonação. Verifica-se que q tem o papel de fazer a refutação, posto que ele é inserido na enunciação, em que “ q cumpre o ato de refutar” parte do enunciado (p.27). Quanto ao acréscimo de informação, vemos q limitando p , pois ele faz o acréscimo de “actantes, indicadores de modo, condição, localização espaço-temporal (...) ou modalização” (p. 28). No terceiro tipo, no pedido de informação, temos q envolvido em questionamentos sobre p , seja por subentendidos ou postos deste, ou requerendo informações mais abrangentes sobre determinada situação.

O último item encontrado por Neves (1984) em construções que possuem orações em direções opostas é com relação à negação de inferência entre p e q . Temos nesse tipo a admissão de um fato por p que é completa ou parcialmente oposto ao que declara q , ou seja, q pode marcar a oposição desde orações (vi) até todo um contexto marcado anteriormente (vii); ou temos ainda p como a negação da inferência de q (viii), quando este é a admissão de um fato e aquele anuncia o oposto ao que se deduz deste:

vi) *Ora, eu não me chamo José... Esqueci meu nome, é verdade; mas sei que não me chamo José.*

vii) *E nas noites de sexta-feira não faltava quem visse a tal luzinha apagando e acendendo perto do alpendre. Explicavam:*

- É a alma de Seu Durães fazendo penitência.

Mas, apesar da fama de lugar mal-assombrado, (...) os meninos de Ribimba costumavam ir durante o dia ao casarão solitário que dominava o barranco.

viii) (...) *E seu coração se apertou, de repente. Mas sabia que não devia sentir saudades.*

A seguir, apresentamos um exemplo que mostra orações numa mesma direção; quando há este tipo de ocorrência, num mesmo sentido argumentativo, podemos observar relações de comparação ou superioridade, marcadas ou não por itens lexicalizados, como 'o pior mesmo' (ix).

ix) *Não reconhecera aquela voz: se tivesse reconhecido seria fácil saber. Mas o pior mesmo fora ele quase dando de cara com Geraldo.*

Para finalizar o grupo da contraposição, Neves (1984) mostra as orações que se apresentam em paralelo, com construções em direções independentes, basicamente com o acréscimo de algo novo e marcado. São subdivididas em:

a) acréscimo de novo argumento:

a.a) argumento ainda não considerado é enunciado: neste caso, p e q são argumentos ou fatos utilizados como argumentos e p, embora seja admitido, é tido como irrelevante:

x) *“Com que sentido o homem cansado o percebeu, não se sabe dizer, talvez com a aguda sede e com sua derradeira desistência e com a nudez de sua compreensão: mas havia júbilo no ar”;*

a.b) novo argumento é sugerido para consideração: p e q são argumentos ou fatos utilizados como argumentos, entretanto q será uma interrogativa hipotética:

xi) *“O senhor quer dizer que a morte para minha mãe seria muito melhor que a vida. Mas... e se ela sarar?”*

b) com acréscimo de novo foco: nos casos analisados, q era fala de algum personagem ou do narrador em primeira pessoa. A mudança de foco dá-se pelo acréscimo de q no enunciado, de forma expressa ou reiterada por elementos lexicais exortativos, como em nosso exemplo – passemos adiante, ou fáticos ou por forma exclamativa ou interrogativa, por exemplo:

xii) *“A empresa construtora os deixou a ver navios. Tanto que eles, condôminos, é que lhe requereram a falência. Mas como disse você ainda agora, passemos adiante: onde estão os maridos?”*

c) Com acréscimo de um novo tema: neste tipo de construção, o acréscimo de q indica uma progressão temática do enunciado, sem interferências diretas no conteúdo de p, por exemplo:

xiii) *“(...) Depois (as mulheres) falavam de roupas, sem constrangimento. De roupas, de empregadas e do zelo com as crianças. (...) Mas os homens permaneciam no outro canto da sala e um deles contava coisas de viagem.”*

O segundo grupo analisado refere-se a orações que de alguma maneira geram um processo de eliminação, que pode ser identificada de forma implícita por meio de uma substituição. Dentro dessa classificação temos algumas divisões. A primeira liga-se à eliminação no tempo, em que q elimina a sequência temporal do enunciado sem sua recolocação (xiv), remetendo a não subsequência ou consecução do que é exposto por p, de forma explícita, implícita ou parcialmente implícita. Outra divisão refere-se à eliminação temporal com recolocação, em que a negação da sequência de p é suposta pela substituição de q (xv), que pode se dar de maneira explícita:

xiv) (...) tudo *isso me fez esquecer um pouco a solidão. Mas agora!*

xv) O primeiro contacto não traz o prazer esperado. Torrões e pedrinhas magoam-lhe os pés. Mas logo avista, mais adiante, um trecho de lama, boa, lisa, morna, pegajosa.

Outra subdivisão da relação de eliminação é referente à falta de relação temporal pertinente entre p e q. Segundo Neves (1984), q invalida p e há alguns casos distintos:

a) Sem recolocação:

a.a) nega-se a realidade de p, de formas distintas – por pressupostos, subentendidos, hipóteses, entre outros:

xvi) “la recolher-se aos seus aposentos, quando o telefone tocou. Mas não era Antonieta”.

a.b) invalida-se p, por inoportuno, sem considerar-se a veracidade de p, mas desconsiderando a sequência discursiva de p:

xvii) “E como anunciara a Ermelinda o novo homem, sem que esta ficasse feliz? Mas este seria um problema para resolver mais tarde”.

a.c) rejeita-se a dúvida expressa em p, quando p e q são enunciados modalizados – p é eventual e q é verídico, respondendo a necessidade de p:

xviii) “-Terá sido mesmo? Mas, não, não pode ter sido”.

b) Com recolocação, quando q contesta p e há a rejeição explícita de p por uma frase de protesto:

b.a) desconsidera-se o enunciado anterior, rejeitando-se o ato enunciativo, com uma contestação em de forma exclamativa, mesmo sem marcas gráficas disso:

xix) “-Era como as outras pessoas? Mas, pelo amor de Deus, minha filhinha, não me faça mais perguntas”.

b.b) rejeita-se algum elemento da situação da enunciação, com q na forma de um protesto, a situação rejeitada explícita ou implícita e também marcada por alguma forma exclamativa, que pode ser marcada graficamente:

xx) Na portaria do hotel, mal fechei a porta, a dona espantou-se: - Mas o senhor lá fora, com um tempo destes!

A proposta de Perini (2004) deve complementar o quadro exposto acima, no sentido de especificar a funcionalidade do conector '*mas*'. O autor apresenta algumas características de conectores coordenativos a partir dos pressupostos das gramáticas tradicionais:

- As duas orações podem ser separadas, opcionalmente, por pontuação: Titia fez salada e mamãe fritou os pastéis/ Titia fez salada; mamãe fritou os pastéis;
- O coordenador vale para coordenar qualquer número de membros; nesse caso, em geral, mas não obrigatoriamente, o coordenador só ocorre entre os dois últimos membros: Marcelo adormeceu, Patrícia saiu e Maria foi ver TV;
- O coordenador, quando não repetido, só pode ocorrer em uma posição, ou seja, logo antes da última oração: *Titia fez a salada, mamãe e fritou os pastéis;
- Pode-se acrescentar que *e* pode servir para juntar quaisquer elementos coordenáveis; assim, encontramos-lo coordenando orações ou SNs.

Perini (2004) ressalta que somente os itens *e* e *ou* são marcados por todas essas características.⁴ A respeito do '*mas*', afirma que este não se enquadra na segunda característica, em que um conector pode coordenar vários períodos; o autor diz que "só pode coordenar dois elementos, nunca mais de dois", além de abordar as possibilidades de coordenação deste item: pode ligar adjetivos e verbos, mas não SNs.

É interessante citarmos a presença do processo de gramaticalização em muitos dos casos de articulação de orações. A gramaticalização

⁴ Não nos cabe discutir sobre a funcionalidade destes conectores – *e*, *ou*- neste momento, apenas citamos a referência feita por Perini (2004) a respeito disso. Há estudos sobre estes e outros conectores que podem afirmar ou não a posição deste autor.

representa um mecanismo em que há uma “extensão gradual do emprego” de determinado item, em nosso caso o juntor adversativo ‘*mas*’, indicando que ele está passando por uma transição em seu uso e que pode, inclusive, esvaziar-se de sua ideia inicial para adquirir novos valores com o passar do tempo. Dificilmente esse esvaziamento dar-se-á no caso do ‘*mas*’, entretanto já é notado que ele adquiriu outros valores semânticos e funções textuais, como de marcador discursivo (NEVES, 2007).

Neves (2007) aborda a questão da coordenação, especificamente as orações adversativas, para mostrar uma espécie de gradação gramatical de seus itens. Numa escala, temos o lado menos gramatical e o mais gramatical que poderiam ser representados por seus conectores da seguinte forma:

Entretanto, contudo, todavia, etc. → porém → mas → e, ou

Mithun (*apud* NEVES, 2007) trata a questão da organização de construções paratáticas e afirma que há alguns casos em que existe uma proximidade considerável entre o limite de algumas conjunções e de advérbios, o que prova a transição gradual de elementos entre essas classes – alguns mais avançados quanto à gramaticalização, outros menos. Uma comprovação disto é a não ocorrência de algumas estruturas que envolvem conjunções inicialmente prototípicas e “conjunções” com elementos adverbiais, por exemplo:

- a. Sequências com duas conjunções: *e ou, *e mas, *ou e, *ou mas, *mas e, *mas ou;
- b. Sequências com e, ou, mas na segunda posição: *porém e, *porém mas, *entretanto ou, *entretanto mas, *todavia e, *no entanto mas, *contudo ou, *contudo e, etc.

Essas construções são alguns exemplos que demonstram um grupo em transição na língua, que possui outras características comportamentais interessantes, que não são pertinentes nesse momento para nosso estudo. O juntor ‘*mas*’ especificamente desenvolveu-se do advérbio latino *magis*, que era

utilizado para estabelecer relações de desigualdade e essa historicidade justifica alguns usos que ele tem atualmente, diferentemente do ‘e’ e ‘ou’ que ligam frases, orações e diversos tipos de sintagmas, o ‘mas’ não compreende empregos, como: *ele mas eu, *dançar mas correr (NEVES, 2007).

A partir desses parâmetros, nossa análise se embasará para refletirmos se em nosso *corpus* podem acontecer os mesmos tipos de ocorrências ou se existe a predominância de alguma estrutura, que pode ser influenciada pelos gêneros textuais em questão, assim como variantes que não estão em foco no presente estudo.

1.6 A perspectiva discursiva do conector

Marcadores discursivos, doravante MD, compõem um grupo amplo e complexo de se definir. São elementos ‘importados’ da língua falada, conhecidos como marcadores conversacionais. Recebem o nome MD quando referidos à língua escrita, como uma forma de distinção entre esses usos, pois algumas ocorrências são restritas a esta ou aquela tipologia linguística – oral ou escrita, devido ao grau de elaboração de suas produções, por exemplo. Os MDs são utilizados na construção textual-interativa, desempenhando função relevante na organização textual e envolvem, no plano verbal, desde constituintes não lexicalizados a sintagmas mais desenvolvidos (RISSO *et al*, 1999).

Risso *et al* (1999) questiona a delimitação e consenso das propriedades dos MDs, elementos bastante estudados, porém não especificados no que concerne a um padrão de adequação a essa ‘classe’. Para tanto, criam-se traços definidores a partir das peculiaridades observadas em seu *corpus*, formado por inquéritos do Projeto *NURC-BR*⁵.

⁵ O Projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta no Brasil (Projeto NURC) desenvolveu-se desde 1969 em cinco cidades brasileiras – Salvador, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre e visava a proceder à descrição dos padrões reais de uso na comunicação oral adotados pelo estrato social composto por indivíduos de nível de escolaridade superior em cada uma dessas cidades. O projeto foi inicialmente coordenado pelo Prof. Isaac Nicolau Salum (1969-1980) e depois com o Prof. Dino Pretti (1981-1988). Esse projeto produziu extensa documentação do português culto falado no Brasil, de que resultou um número expressivo de trabalhos de toda ordem e a coordenação de outro projeto, coordenado, desta vez, pelo Prof. Ataliba Teixeira de Castilho – Projeto de Gramática do Português Falado (1988-2010) do qual já resultou 8 volumes de ensaios.

A autora (RISSO *et al*, 1999) catalogou em seu material todas as ocorrências que poderiam ser classificadas como MDs, consensualmente ou não, para então iniciar a composição de todos os elementos que poderiam auxiliar em uma sistematização de uma 'classe'. Esses traços foram delimitados tendo em vista os aspectos utilizados em trabalhos realizados para análise de MDs e admitem desde aspectos textuais a aspectos pragmáticos, como o sexo dos informantes, o local e o tipo do inquérito avaliado, porém esses não foram considerados como traço-padrão definidor de um MD.

Após definir as variáveis, foram subdivididas em traços potenciais para que as ocorrências fossem devidamente investigadas e, a partir do conjunto de traços característicos, formou-se uma espécie de planilha com as possíveis combinações que confirmariam a classificação daquele elemento como MD ou não. Com a análise de seus usos, podem-se estabelecer graus distintos dentro do grupo denominado MD, com um mesmo elemento, ora utilizado como MD, ora utilizado em outra classe.

Com este estudo fica evidente a mobilidade que alguns elementos podem adquirir em cada contexto, o que comprova a perspectiva funcionalista de que um discurso deve ser analisado em seu todo e individualmente para que possamos ter uma visão esclarecida de cada item. Este campo é fértil, principalmente quando observamos a variedade de elementos linguísticos que passam por este processo, entretanto, fez-se uma delimitação metodológica em nosso trabalho e optou-se por não explicitarmos casos em que o item 'mas' possa também ser analisado ou considerado um marcador discursivo (MD).

Deborah Schiffrin é outra autora que aborda os marcadores discursivos no texto *Discourse Markers: Language, Meaning, and Context* (SCHIFFRIN, 2003). Para essa autora, um discurso coerente transcende as barreiras da decodificação do som, da forma e do significado por si, sendo necessário um processo interativo que desencadeie aspectos expressivos e sociais, que marque relações e atitudes individuais e coletivas. Além da expressividade e sociabilidade contidas num bom texto, a habilidade da cognição deve estar marcada por transmitir conceitos e ideias através da

linguagem, tanto quanto a habilidade textual que propicia a organização das formas e transmite significados por meio de unidades pequenas, como uma sentença. Estritamente ligada a essa concepção está a noção que devemos ter dos MDs, pois seu uso se liga à necessidade de um ativamento cognitivo para que possamos compreender as diversas utilidades que lhes são atribuídas em contextos pragmáticos e não pré-estabelecidos.

Alguns estudos consagrados sobre os MDs serão apresentados neste momento, baseados em Schiffrin (2003): a primeira perspectiva foi produzida por Halliday e Hasan (1976), com um viés semântico relacionado à coesão; a segunda perspectiva baseia-se numa abordagem voltada para o discurso, a visão de Schiffrin (1987).

O trabalho de Halliday e Hasan (1976) aborda basicamente a questão da coesão textual por meio de palavras responsáveis por isso, além das relações semânticas expressas por esses marcadores – eles não utilizam a nomenclatura marcador discursivo. Os autores atentam para as relações conjuntivas e relações anafóricas ou catafóricas expressas por alguns itens, como: mas, porque, quer dizer, entre outros, pois eles auxiliam na organização textual e adquirem sentidos que ultrapassam o estabelecido pela gramática normativa tradicional, dependendo de cada contexto.

Schiffrin (1987) desenvolveu seu estudo a partir de alguns conceitos, como sua ideia de discurso, que vai além das unidades linguísticas e considera seu processo de interação social. A autora tentou juntar a forma gramatical e a interação, uma espécie de ‘sistematização interacional’ para unir seu uso e as consequências dele.

A definição dada aos MDs é a de que são “elementos dependentes que agrupam unidades da conversação” (SCHIFFRIN, 1987), em posições diversas do discurso. Schiffrin (1987) considera palavras de classes diferentes como um MD: conjunção, interjeição, advérbios e frases lexicalizadas. Concluiu que os marcadores podem atingir níveis diferentes do discurso ou ainda conectar o discurso de um único plano, colaborando com a coesão textual e aproximando-se nesse ponto da teoria de Halliday & Hasan (1976).

1.7 As perspectivas sociais do estudo do gênero

Uma breve retomada sobre duas perspectivas relacionadas ao gênero devem ser revistas neste momento. A primeira refere-se a uma das visões mais difundidas com relação a esse tema, que é o trabalho de Bakhtin. A segunda trata-se da visão sociorretórica de Swales (1990), em que os gêneros textuais são analisados com um olhar voltado ao ensino.

Explicitaremos os pontos principais dessas teorias; o trabalho de Bakhtin será relevante devido a sua ampla contribuição aos estudos das mais diversas áreas, uma espécie de ícone quando se fala em gênero textual. Swales será citado devido seu trabalho ser focado num viés distinto, voltado para o trabalho com gêneros textuais no processo de ensino, que nos foi fundamental para escolhê-lo como parte de nossa fundamentação teórico-metodológica.

Os autores denominam de forma distinta seu objeto de estudo; para Bakhtin, gênero discursivo e para Swales, gênero textual. Não interessa especificamente para a presente análise a distinção estabelecida pelos autores; adotaremos o termo gênero textual de maneira genérica, sem intenção tendenciosa a este ou àquele teórico.

1.7.1 A perspectiva de Bakhtin

O Círculo de Bakhtin, conhecido como um ponto muito relevante na história da Linguística, foi um grupo formado por Bakhtin, Voloshinov e Medvedev; sua produção ocorreu entre os anos de 1919 e 1974, com maior divulgação a partir da década de 60. Apesar de sua importância, até hoje se percebe a dificuldade em estabelecer uma autoria absoluta a certos textos, pois não se sabe se sua produção foi feita pelo grupo ou por apenas um deles. Apontam-se também alguns problemas relacionados aos termos utilizados – ora remetentes a alguns já conhecidos, com diferenciação conceitual, ora termos novos e em ambos os casos com traduções problemáticas.

Neste trabalho, não nos cabe uma discussão sobre a problemática envolvida no tema, apenas a relevância da abordagem dada por eles às

questões sobre gêneros, aqui tratados como discursivos, respeitando a denominação Bakhtiniana – gênero discursivo.

O foco do trabalho de Bakhtin não foi a área de ensino/aprendizagem, porém se revela uma efetiva contribuição nas discussões e evolução desta área. Suas considerações sobre a crença na língua como sistema e seu ensino – tanto a língua materna como a estrangeira, por exemplo, mostram uma direção distinta do formalismo (MEURER *et al*, 2005, p. 153):

A língua materna — sua composição vocabular e sua estrutura gramatical — não chega ao nosso conhecimento a partir de dicionários e gramáticas, mas de enunciações concretas [enunciados concretos] que nós mesmos ouvimos e nós mesmos reproduzimos na comunicação discursiva viva com as pessoas que nos rodeiam. Assimilamos as formas da língua somente nas formas das enunciações [enunciados] e justamente com essas formas. As formas da língua e as formas típicas dos enunciados, i. e., os gêneros do discurso, chegam à nossa experiência e à nossa consciência em conjunto e estreitamente vinculadas. Aprender a falar significa aprender a construir enunciados (porque falamos por enunciados e não por orações isoladas e, evidentemente, não por palavras isoladas) (BAKHTIN, 2003 [1952-1953], p. 282-283).

Observamos, então que é considerado o uso da língua na sua aquisição, há um vínculo entre nosso conhecimento e nossa consciência da existência de certos acontecimentos linguísticos, como o uso de cada gênero. Este uso é determinado a cada situação, que exige um tipo de palavra a ser escolhido, um tipo de informação a ser transmitida e conseqüentemente um tipo de gênero a ser usado (RODRIGUES, *apud* MEURER, 2005).

Rodrigues (*apud* MEURER, 2005) afirma sobre a visão de Bakhtin que os gêneros discursivos são:

tipos relativamente estáveis de enunciados ou formas relativamente estáveis e normativas do enunciado. Essa é a natureza verbal comum dos gêneros a que o autor se refere, isto é, a relação dialética que estabelece entre os gêneros e os enunciados, ou seja, olha os gêneros a partir da sua historicidade (eles não são unidades convencionais) e atribui-lhes a mesma natureza dos enunciados (natureza social, discursiva e dialógica) (...) (p. 163).

Neste contexto, a palavra ‘tipos’ refere-se a uma delimitação social da produção de determinados gêneros, em que cada situação exige adequações

específicas, desde o vocabulário utilizado ao gênero que será produzida para suprir àquela necessidade.

É relevante ressaltarmos a “retórica dialógica” aplicada em sua definição, pois quebra o paradigma da retórica clássica, em que tínhamos algo unidimensional e impositivo. Em Bakhtin, observamos a bidirecionalidade da formação dos enunciados e um espaço maior, de fato, ao ‘diálogo’ para a conceitualização de um gênero discursivo.

1.7.2 A perspectiva de Swales

A pesquisa de Swales (1990) é voltada para aplicações e análises que envolvam gêneros textuais, sejam em contextos acadêmicos ou profissionais, incluem-se as práticas sociais proporcionadas para cada um dos gêneros. Entretanto, essa perspectiva é menos difundida que a bakhtiniana. Está focada na questão do processo de ensino/aprendizagem a partir dos gêneros.

O autor acredita em uma análise linguística estritamente ligada à construção do texto e seu papel social, desenvolvendo uma consciência da língua que facilita e torna mais eficaz o processo de ensino/aprendizagem da língua. Swales inicia seu pensamento sob a crença de que apenas elementos linguísticos não são suficientes para o completo entendimento de um texto, levando-se em conta o contexto e o conhecimento do gênero, que transcende aos limites do texto (HEMAIS & BIASI-RODRIGUES apud MEURER, 2005).

Swales (1990) considera o gênero como um grupo de eventos comunicativos que possuem os mesmos propósitos comunicativos, reconhecidos por certa comunidade. A escolha de um ou outro gênero se dará por delimitações do próprio propósito, que vai direcionar e restringir questões relacionadas ao conteúdo e ao estilo, adequando-o ao melhor gênero que supra suas necessidades. A questão retórica envolvida em cada gênero está estritamente ligada ao propósito comunicativo com o qual foi motivado, pois delimita e mantém a escolha feita anteriormente.

De acordo com o mesmo autor (SWALES, 1990), para caracterizar uma produção como pertencente a um ou outro gênero, leva-se em conta, além de um mesmo propósito, as semelhanças de padrão que ela possui,

porém pode apresentar variações quanto a sua estrutura, estilo, público alvo e/ou conteúdo. A “fuga” a um desses itens não implicará necessariamente a mudança de gênero, entretanto se a produção se enquadrar em todas essas expectativas, se obtiver o chamado critério de semelhança de família, será considerada como um protótipo daquela classe – um exemplar, um modelo.

A nomenclatura desses gêneros é dada pelas comunidades discursivas neles inseridos e exportados para ou importados por outras comunidades; não há uma regularidade para se dar esses nomes, são convencionados e assim aceitos nos meios onde são utilizados. Observemos sua definição:

Um gênero compreende uma classe de eventos comunicativos, cujos exemplares compartilham os mesmos propósitos comunicativos. Esses propósitos são reconhecidos pelos membros mais experientes da comunidade discursiva original e, portanto, constituem a razão do gênero. A razão subjacente dá o contorno da estrutura esquemática do discurso e influencia e restringe as escolhas de conteúdo e estilo. O propósito comunicativo é o critério que é privilegiado e que faz com que o escopo do gênero se mantenha focado estreitamente numa determinada ação retórica compatível com o gênero. Além do propósito, os exemplares do gênero demonstram padrões semelhantes, mas com variações em termos de estrutura, estilo, conteúdo e público alvo. Se forem realizadas todas as expectativas em relação àquilo que é altamente provável para o gênero, o exemplar será visto pela comunidade discursiva original como um protótipo. Os gêneros têm nomes que são herdados e produzidos pelas comunidades discursivas e importados por outras comunidades (SWALES, 1990).

Trabalhar com gênero implica sua definição, pois frequentemente falta clareza em seu conceito ou ainda como uma fórmula textual imutável, pode prejudicar o desenvolvimento de trabalhos escolares com os mesmos (HEMAIS & BIASI-RODRIGUES, *apud* MEURER, 2005).

De acordo com Herais e Biasi-Rodrigues (*apud* MEURER, 2005), Swales considera quatro perspectivas teóricas para comporem sua definição de gênero, acima dita. O folclore influenciou através dos tipos ideais de texto que são considerados e não os que de fato são produzidos, com formas fixas de texto, mas que sofrem alteração de seu papel social e cultural ao longo do tempo. Inspirou-se também nos estudos literários, observando a quebra de convenções e tipos – pregada pelo folclore, transgredindo regras e inovando.

A linguística é o terceiro campo teórico observado por Swales para compor sua definição; vê aqui o papel social que o gênero registra, marcando modificações na língua que não devem ser desprezadas. A última perspectiva é a retórica colaborando pela importância dada ao contexto do discurso e a ação social implícita no uso de desse gênero.

Swales sempre se preocupou com a questão do ensino/aprendizagem dos gêneros, prezando um método didático. Nesse âmbito, criou o modelo CARS, que propõe movimentos e passos para a aplicabilidade e formação de um gênero com eficiência. Seu estudo inicial para a composição deste modelo baseou-se na compilação de artigos científicos e no aprofundamento do estudo de sua organização textual e nos objetivos do autor que o produzira (SWALES, 1990). O autor foi bem sucedido em sua composição, porém se conhecem estudos em que seu quadro foi utilizado, em alguns momentos com algumas adaptações, servindo para a análise de outros gêneros textuais, ainda acadêmicos, como o estudo feito por Motta-Roth (1995) na análise e descrição do gênero resenha. Podemos observar abaixo o esquema criado por Swales (1990):

MOVIMENTO 1 ESTABELEECER O TERRITÓRIO

Passo 1 - Estabelecer a importância da pesquisa e/ou

Passo 2 - Fazer generalizações e/ou

Passo 3 - Revisar a literatura

MOVIMENTO 2 ESTABELEECER UM NICHOS

Passo 1A - Contra-argumentar ou

Passo 1B - Indicar lacunas no conhecimento estabelecido ou

Passo 1C - Provocar questionamentos ou

Passo 1D - Continuar a tradição

MOVIMENTO 3 OCUPAR O NICHOS

Passo A - Delinear os objetivos ou

Passo 1B - Apresentar a pesquisa

Passo 2 - Apresentar os principais resultados

Passo 3 - Indicar a estrutura do artigo

(Quadro 3 – Modelo CARS proposto por Swales (1990))

Devido a todas essas ponderações, consideramos bastante pertinente utilizá-lo como parte do embasamento teórico de nosso trabalho, assim como ampliar a exploração desses conceitos num próximo momento para tentar delimitar o gênero textual que analisaremos, por exemplo, entre outros aspectos ligados às questões de gênero.

1.8 O gênero carta

Nossa pesquisa baseia-se em dois gêneros textuais: as cartas de leitor e as reportagens. Faz-se necessário neste momento explicitarmos alguns pontos pertinentes ao conhecimento deles. Sabemos que os gêneros textuais são determinados basicamente a partir de sua estrutura e função social (MEURER, 2005). A grande problemática relacionada à definição de um gênero textual

atualmente refere-se aos limites que devem ser adotados em sua delimitação conceitual. Na ausência dessa limitação ou em uma relutância quanto à separação dos tipos emergentes, criam-se subgêneros textuais, ou seja, categorias distintas dentro de um mesmo grupo. O gênero carta é um dos grupos mais férteis quando se fala em subgêneros. Alguns exemplos disso são: carta pessoal, carta empresarial, carta de recomendação, carta resposta, carta ao leitor, carta do leitor; todas se enquadram dentro de um mesmo gênero por conterem semelhanças em sua essência, como um destinatário e um remetente, por mais diversos que sejam seus objetivos.

De acordo com Melo (1985), foi Beltrão (*apud* MELO, 1985) quem conseguiu propor uma sistematização mais adequada a respeito do gênero jornalístico no Brasil, dividindo-o em três grupos:

- Jornalismo informativo: notícia, reportagem, história de interesse humano, informação pela imagem;
- Jornalismo interpretativo: Reportagem em profundidade;
- Jornalismo opinativo: editorial, artigo, crônica, opinião ilustrada, opinião do leitor.

A proposta de Beltrão baseou-se na funcionalidade de cada tipo de texto. Entretanto, Melo (1985) questionou algumas divisões e recriou essa categorização, dividindo os textos jornalísticos em dois grupos grandes grupos: informativos e opinativos, tornando a divisão desta forma:

- Jornalismo informativo: nota, notícia, reportagem, entrevista;
- Jornalismo opinativo: editorial, comentário, artigo, caricatura, resenha, coluna, crônica, carta.

Esse autor (MELO, 1985) afirma que, dentre os textos opinativos, há quatro tipos de fontes: a empresa, o jornalismo, o colaborador e o leitor. Cada um é responsável por determinados tipos de gênero que compõem a publicação. Neste momento, para nós, interessa a produção feita pelo leitor: a carta de leitor e a reportagem, dentre os gêneros informativos.

A carta do leitor é um grupo bastante interessante de ser analisado, pois consiste em um vínculo entre a revista – no caso de nossa pesquisa, e o leitor. A proposta das cartas de leitor é expressar a opinião de seu público, inicialmente enviada à empresa, para um público maior, que pode compartilhar

esse pensamento ou não. Observamos que há um caminho que deve ser percorrido entre o envio dessa carta e sua publicação, pois ela passa por uma edição dentro da empresa – o que pode alterar o significado e a intencionalidade do conteúdo dito.

Na sessão de cartas de leitor, constatam-se as publicações de cartas modeladas de certa forma, pois há, por exemplo, um limite de caracteres a serem usados, uma linguagem a ser seguida e tudo deve adequar-se aos preceitos da empresa (jornal ou revista). É a empresa, dentro de seus diversos departamentos, que decide aquilo que será ou não publicado na edição seguinte. São como as ‘mãos’ de seus empregados que “regulam” as cartas diretamente dos leitores até a obtenção do produto final, é um medidor do alcance das reportagens.

Neste momento não nos cabe discutir sobre os possíveis parâmetros utilizados pelos editores da revista *Veja* para adequar as cartas de leitor ao que é desejado que se apresente nas publicações ou às consequências desse procedimento no produto final. Acreditamos, entretanto, ser pertinente sua citação, pois algumas constatações finais podem ter recebido a influência desse expediente. A reescrita textual é um processo comum nesse gênero, ligado à política de cada empresa - jornal ou revista.

Cabe-nos ressaltar a distinção entre as cartas de leitor e as cartas ao leitor. Esta é uma apresentação de toda a publicação, produzida pelo editor chefe da revista; normalmente é veiculada no início da publicação, pois é um dos primeiros contatos entre o leitor e as partes mais importantes do conteúdo jornalístico veiculado. Possui sua estrutura textual bastante próxima à estrutura das cartas pessoais: o destinatário, a assinatura de seu emissor e, principalmente, um tom de linguagem pessoal, representando toda a revista.

Apesar de a sessão da revista ser uma compilação de remissivas, é importante ressaltarmos que a maior parte das cartas que lhes chegam é através de e-mails. O meio eletrônico é percentualmente o mais utilizado, de acordo com informações de *Veja*, no entanto, nem todas as cartas publicadas são distinguidas entre as enviadas por meio digital ou as enviadas “materialmente”. Esse fato justifica-se pela praticidade e rapidez com que a internet invade a vida social, pois é por meio dela que se economiza um bom

tempo. Afinal, há menos de uma semana entre a organização da edição de uma revista e seu próximo número.

1.9 O gênero reportagem

De acordo com Melo (1985), podemos dizer que a reportagem é parte da composição do gênero jornalístico informativo, juntamente com a notícia, nota e entrevista. A reportagem consiste no material básico de composição de um produto de circulação: um jornal ou revista, por exemplo. Composta basicamente por um conteúdo informativo, possui uma linguagem característica e alguns traços motivados pelo tipo de publicação a que pertence, em que se podem observar tamanhos, focos e estruturas distintos. Para Lucena (2007) a reportagem possui uma realidade factual, constitui-se de forma narrativa e contem a resposta das perguntas normalmente feitas pelas notícias: Quem? O quê? Quando? Onde? Por quê?. As principais distinções entre reportagem e notícia são: o discurso característico e o modo da enunciação. Ao falarmos sobre notícias, o tempo de apresentação do fato referido é o mais relevante, uma notícia necessita de sua divulgação imediata; a reportagem dispensa o imediatismo de publicação do fato. Entretanto, tornam-se necessários a contextualização e o detalhamento dos fatos.

O gênero reportagem pode ser dividido em três modelos básicos, a partir da proposta de Sodré e Ferrari (*apud* LUCENA, 2007): a reportagem de fatos, que mostra o fato de forma objetiva, apresentando-os conforme sua ordem de importância; a reportagem de ação, quando a ordem de apresentação dos fatos inicia com o mais interessante para se chegar aos detalhes, e o terceiro grupo: a reportagem documental, que possui caráter denunciativo, sendo bastante clara e objetiva, utilizando-se de citações para complementar o discurso. Lucena (2007) afirma que as reportagens, em geral, são mais livres em sua linguagem se comparadas às notícias, com o uso de três tipos de discurso: o investigativo, o interpretativo e o de levantamento de dados. Seu objetivo é informar de uma maneira mais neutra possível para que o leitor possa formar sua opinião individualmente, discordando do fato ou com ele concordando.

CAPÍTULO 2

METODOLOGIA

2. Constituição e caracterização do *corpus*

Esta pesquisa consiste na análise comparativa entre reportagens da Revista *Veja* e as cartas de leitores, que são comentários referentes a essas reportagens, evidenciando o uso do conectivo '*mas*' e seus diferentes valores semânticos e aspectos nos gêneros em foco.

O *corpus* deste trabalho é composto por nove meses de publicações da revista *Veja*, de Dezembro de 2009 a Agosto de 2010. Foi necessária essa delimitação temporal para que se encontrassem ocorrências suficientes passíveis de análise, pois houve casos em que o elemento analisado em nossa pesquisa, o juntor '*mas*', não foi utilizado na produção do texto ou casos em que sua ocorrência foi observada somente nas cartas de leitores ou somente nas reportagens. Contabiliza-se um total de 113 ocorrências do juntor '*mas*' – 53 em cartas e 60 em reportagens.

Nesta seleção de *corpus*, foi estabelecido que as duas reportagens mais comentadas de cada edição fariam parte de nossa composição. Na edição subsequente, na seção Leitor da revista *Veja* mostra-se uma classificação das reportagens mais comentadas pelos leitores, através de e-mails e/ou cartas enviadas à redação e isso tornou possível que esse método de seleção fosse realizado. Após conhecermos as reportagens mais comentadas, elas foram separadas e, conseqüentemente, com todas as respectivas cartas de leitores publicadas. A partir dessa seleção de reportagens e cartas, todas as ocorrências do conector '*mas*' foram contabilizadas e destacadas para análise.

A marcação descritiva das ocorrências analisadas foi feita a partir da diferenciação entre aquelas extraídas das reportagens, utilizando-se o 'R' no início da codificação, ou, no caso das cartas de leitor, utilizando-se o 'C'. Em seguida, marcou-se a data de publicação do texto, com dia e mês. O último número apresentado é aleatório e foi utilizado para que pudéssemos

diferenciar os exemplos ocorridos na mesma data, pois, em alguns casos, houve três ocorrências na mesma data, por exemplo. Assim, ao observarmos esta marcação: (R17.3-2), teremos a segunda ocorrência (-2) retirada de uma reportagem (R), do dia 17 de Março (17.3).

Para sistematizar nosso estudo, utilizaremos o modelo teórico apresentado por Neves (1984) para analisarmos aspectos como a organização das orações coordenadas ou de todo seu contexto, aspectos argumentativos, a direção das orações (opostas, paralelas) nas construções, além do valor semântico adquirido pelo item '*mas*', características estimuladas pelos gêneros em análise e outras variações deste elemento que fogem à sistemática abordada em estudos tradicionalistas.

Retomamos o objetivo já mencionado na introdução deste trabalho, ou seja, o de: avaliar o conector '*mas*' na organização textual dos gêneros reportagem e carta de leitor, tendo também como objetivos específicos:

- a) avaliar se há influência do gênero textual – reportagem ou carta de leitor, no comportamento desse item linguístico;
- b) identificar o tipo de estrutura que é conectada por este juntor, o seu valor semântico, o compartilhamento de tempo verbal e o compartilhamento de sujeito;
- c) observar seu comportamento sintático-semântico nas construções.

Sistematizaremos nosso estudo a partir dos parâmetros propostos por Neves (1984) para analisarmos o valor semântico deste juntor tanto em sua binariedade – que é sua função prototípica, quanto na organização de enunciados, por exemplo – uma de suas funções que vai além do proposto tradicionalmente por algumas gramáticas.

Analisaremos o valor semântico do '*mas*', entendendo-se por isso: qual seria o 'nível' de adversidade ou de contraposição próprias de seu uso, qual a ideia que esse conector quer evidenciar, ou seja, o tipo de conexão que

estabelece – oracional, com sintagma nominal ou entre porções maiores de texto. Indica-se a existência possível do compartilhamento de sujeitos entre as orações. Será interessante compararmos as análises dos dois gêneros, pois poderemos observar, além da utilização do conector citado, a influência do gênero e do tipo de autor nas produções textuais, já que esta se torna uma amostra de um aspecto mais amplo da linguagem.

Com o estabelecimento desses objetivos, pretendemos sistematizar em nosso *corpus* o emprego do juntor ‘mas’, verificando se há os mesmos tipos de ocorrências analisados por Neves (1984) e que outros casos terão incidência nos gêneros compilados, influenciados ou não por suas estruturas.

A produção de nosso trabalho justifica-se a partir do importante papel que a língua exerce na sociedade. Sabe-se que nosso meio de comunicação é emergente e adapta-se a cada nova situação comunicativa criada, em que novos usos devam ser estabelecidos. Há casos em que a estrutura linguística existente é capaz de suprir essas necessidades, criando novos contextos de uso a elementos já conhecidos da língua. Esse processo denomina-se gramaticalização e é um vasto campo a ser analisado.

Nosso elemento de análise - ‘mas’, é um dos exemplos da Língua Portuguesa em que o processo de gramaticalização pode ser observado. Temos seus usos ‘clássicos’, prestigiados, registrados em diversas gramáticas. Entretanto, propomo-nos a analisar os usos que podem ser considerados marginais e novos em nossa língua, que fogem ao que é aceito e considerado ‘uso correto’ desse elemento, como sua binariedade, (conexão entre apenas dois segmentos opostos ou em contraste) que se tornou minoritária em nosso *corpus*.

A multifuncionalidade do conector ‘mas’ impulsionou nossas indagações a respeito de uma reflexão e um estudo mais detalhado sobre as possibilidades de uso desse elemento. A importância deste trabalho é a intenção de registrar parte da evolução de um item linguístico bastante usado e observado em nossa língua, tanto quanto alertar para esse emprego ao qual estamos expostos, e do qual somos participantes e, às vezes, inconscientes de todo seu valor.

2.1 Procedimentos metodológicos

Nosso estudo iniciou-se com a coleta de *corpus*, como descrito acima, para que se pudesse fazer a identificação do item a ser analisado. Tanto nas cartas como nas reportagens, todas as ocorrências do conector 'mas' foram destacadas para serem analisadas.

Foram definidos os seguintes parâmetros de análise para a verificação em nosso *corpus*:

i) Correferência ou compartilhamento dos sujeitos entre as orações interligadas pelo conector 'mas', a fim de examinar o grau de integração entre as orações;

ii) Extensão textual interligada por meio do conector 'mas': sintagmas nominais, orações ou períodos maiores;

iii) Valor semântico, conforme Neves (1984), inclusive quanto à introdução de novo argumento, foco ou tema através da oração que contem o juntor analisado;

iv) Compartilhamento de tempos verbais;

O compartilhamento de sujeitos entre as orações. Será interessante compararmos as análises dos dois gêneros, pois poderemos observar, além da utilização do conector citado, a influência do gênero e do tipo de autor nas produções textuais, já que esta se torna uma amostra de um aspecto mais amplo da linguagem.

Nosso estudo apresentará uma análise comparativa sobre o uso do conector 'mas' nos dois gêneros textuais: reportagem e carta de leitor. Para tanto, serão expostas tabelas contendo os números demonstrativos na análise para que possamos verificar se há usos influenciados pelo gênero, devido suas diferenças composicionais, além de tabelas com os dados coletados,

como a contabilização dos casos em cada item citado como parâmetro de análise.

CAPÍTULO 3

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

3. Análise e discussão dos resultados

3.1. Parâmetros para análise

Para iniciarmos nossa apresentação de dados, é importante ressaltarmos o número de ocorrências encontradas; analisamos um total de 113 ocorrências, das quais 53 em cartas de leitor e 60 em reportagens. A partir de uma classificação dada pela revista *Veja*, destacando as reportagens mais comentadas, selecionamos as duas com maior crítica entre o público e as cartas de leitor a elas referentes, contabilizando em nossa análise apenas os textos que continham alguma ocorrência do conector ‘mas’.

Observamos a citação de um breve histórico em nossa Fundamentação Teórica sobre o desenvolvimento do conceito de ‘marcador discursivo’, pois temos consciência deste processo enriquecedor de nossa língua, entretanto, em nossa análise, não nos aprofundamos em suas questões, mas focamos nos aspectos adversativos ainda apresentados pelo item ‘mas’, mesmo nos casos em que este elemento possa também ser classificado como uma ocorrência de marcador discursivo.

Em nosso trabalho alguns parâmetros para análise foram criados. Tivemos como primeiro item analisado o compartilhamento dos sujeitos, fenômeno denominado correferência. Este é um processo que mostra o compartilhamento dos sujeitos, isto é, se o mesmo referente se mantém entre as orações conectadas pelo conector ‘mas’. Essa retomada pode acontecer por meio de:

- i) um sintagma nominal pleno (determinante+nome): *A pessoa fica mais irritável e parece estar com uma gripe encruada, daquelas que não pioram, **mas** também não vão embora.* (R3.2-2)

ii) um pronome: *Lula tem uma bela história de vida, foi um líder sindical de resultados e é um presidente da República eficiente e amado, **mas** ele só tem a perder se se deixar transformar em mito vivo.* (R25.11-1)

iii) uma anáfora zero: *Esse mito paira acima do bem e do mal, **mas** estará dizendo o que é certo e o que é errado na campanha eleitoral de 2010.* (R25.11-2)

iv) um enunciado⁶

O segundo processo de análise foi a verificação da extensão textual conectada pelo juntor 'mas'. Observamos as seguintes possibilidades:

v) conexão de sintagmas nominais: *O deputado detinha os contatos políticos: o corretor, a tecnologia financeira para viabilizar grandes negociatas. Combinação perfeita, **mas** que, para funcionar, carecia de um sinal verde de quem tinha o comando da máquina.* (R17.3-2)

vi) conexão de orações: *O presidente reentrou na arena administrativa e eleitoral como quem embarca em um automóvel a 100 quilômetros por hora. A cabeça comandou, **mas** o corpo não obedeceu e reagiu emitindo sinais bioquímicos característicos.* (R3.2-4)

vii) conexão de enunciados: *(...)Sou cooperada desde 2001, meu prédio deveria ter sido entregue em 2006 e até hoje não saiu do chão. Casei-me, tive de morar de aluguel, **mas** graças a Deus consegui comprar outro apartamento, e agora espero receber meu dinheiro de volta.* (R17.3-2)

O valor semântico expresso pelo juntor 'mas' é outro fator analisado em nosso estudo. Além dos níveis adversativos distintos envolvidos em seu uso, há casos de gramaticalização, em que o item juntivo adquire outros valores,

⁶ Verificamos se seria possível a ocorrência de compartilhamento de sujeito por meio de enunciados, porém, em nossa pesquisa, nenhuma construção foi encontrada. Entendemos como enunciado um conjunto de orações complexas, ou seja, uma cadeia que pode ter diversos tipos de orações.

como a adição entre períodos. Entretanto, nesses casos, normalmente, o conector adquire o valor de marcador discursivo, deslocando-se parcialmente de sua classificação lexical e adquirindo outras propriedades. Podemos dizer que o ‘*mas*’ pode ser considerado um marcador discursivo nos casos em que adquire funções aquém de sua função prototípica; não iremos a fundo na discussão desta propriedade – de MD, porém sabemos que ela é presente em vários dos casos que analisaremos.

Apresentamos a seguir os possíveis valores semânticos marcados pelo ‘*mas*’. O primeiro deles é a contraposição (quando há a admissão da outra oração, contrapondo-se a ela), com orações em direções semanticamente opostas, subdividida em construções que expressam contraste, compensação ou restrição entre as orações:

viii) com contraste entre negativo e positivo: *Dilma Rousseff passou pelo governo Lula, **mas** não resolveu nada disso.* (C25.8-2)

ix) com contraste entre expressões opostas⁷

x) com contraste entre expressões apenas diferentes: *O artigo “Compromisso com o futuro” (21 de abril), de Dilma Rousseff, está bem escrito, **mas** seu estilo é indefinível. Está recheado de lugares comuns e conceitos repetidos por todos os políticos; não há nenhum mandato eletivo nem nenhuma experiência de administração pública, envolvendo governo municipal ou estadual, que ela possa invocar como experiência previa.* (C28.4-3)

xi) com compensação, demonstrando ou não gradação: (...) *Cobram-nos como “torcedores”, alegando que sempre queremos vencer. Não queremos vencer sempre, **mas** sim jogar com dignidade, arrojo e vibração.* (C14.7-1)

xii) com restrição e acréscimo de termo: (...) *Tenho uma filha de três anos e nove meses e tento ensinar-lhe, sem exageros nem neuroses, a importância*

⁷ Em nosso *corpus* não encontramos qualquer ocorrência que marcasse o contraste entre expressões opostas, entretanto reconhece-se esta possibilidade.

*de ser moderada, de prestar atenção em sua barriguinha e dizer “chega” na hora certa. Tem dado resultado. Ela está dentro da faixa de altura e peso para sua idade. Tenho muito medo da obesidade em minha filha, **mas** também da anorexia – um grande mal da atualidade entre adolescentes e adultos. Quero que ela seja moderada. (C7.7-1)*

xiii) com restrição e acréscimo de circunstância limitadora: *Meu total e irrestrito apoio ao nosso treinador Dunga. Como torcedor apaixonado, certamente gostaria de saber mais sobre o dia a dia da seleção. **Mas** o mais importante é a taça. Se necessário for, tenho certeza que os dez milhões de brasileiros não se incomodarão em ficar sem notícias. (C30.6-2)*

xiv) com restrição e acréscimo de qualificação restritiva: (...) *São procedentes as críticas ao seu humor e aos atritos desnecessários com a imprensa; **mas** nada disso foi determinante para a derrota. Seus títulos e números expressivos nestes quatro anos falam por si. (C14.7-2)*

xv) negando inferência: O segredo do sucesso de Zilda Arns na Pastoral da Criança foi saber partir da escala certa: a dedicação à pequena obra, pobre de recursos, **mas** que mesmo assim se impôs no Brasil e em mais vinte países (...) (C27.1-1)

Determinamos que a contabilização dos dados será feita de modo geral. No que concerne aos casos de restrição e contraste; agruparam-se os tipos de cada um, denominando-os apenas restrição com acréscimo de informação e contraste, para que houvesse um número mais significativo em cada valor semântico.

Há ainda a ocorrência de contraposição em contextos que contenham orações numa mesma direção semântica (xvi) ou em direções semânticas independentes, quando o termo introduzido pela conjunção indica um novo argumento (xvii), um novo foco (xviii) ou um novo tema (xix):

xvi) mesma direção semântica: (...) *Muitos tentaram, inclusive o lobista Marcos Valério, **mas** apenas Funaro virou réu-colaborador nesse caso. (...)* (R17.3-1)

xvii) introdução de novo argumento: *É lógico que as mudanças no relevo original da região e a blindagem do solo com asfalto e concreto contribuem, e muito, para as inundações. **Mas** estive na capital paulista no fim de semana passado, hospedei-me no Lago do Arouche e fiquei abismado com a quantidade de lixo mal acondicionado nas beiradas das calçadas...* (C17.2-1)

xviii) introdução de novo foco: *Veja mostrou muito bem como se manipulam as demarcações de terras, seja para índios, seja para quilombolas, assim como os interesses escusos que cercam as ONGs, supostamente encarregadas de atuar na proteção dessas populações. **Mas** é preciso investigar também os benefícios que auferem membros do Judiciário para dar ganho de causa a ações e interesses tão estranhos, escusos e contrários ao bem do país.* (C12.5-3)

xix) introdução de novo tema: *Nardoni havia afirmado que o casal tinha apenas “brigas normais”, mas a mulher declarou que eles “quebravam o pau” constantemente.* (R31.3-2)

Além da contraposição, há o valor semântico da eliminação, em que a oração introduzida pelo conector adversativo desconsidera o que foi dito pela oração coordenada a ele. A eliminação pode vir expressa pela (não) subsequência ou consecução temporal (xviii); pode ser expressa pela negação explícita do que foi posto, pressuposto ou subentendido (xix) ou ainda há a eliminação, mesmo que provisória, do que foi enunciado na outra oração (xx):

xviii) (não) subsequência temporal: O roteiro percorre a infância miserável de Lula em Garanhuns, acompanha a trajetória dolorosa do menino que é obrigada a trabalhar para comer e avança até o mergulho dele no mundo sindical. **Mas** para por aí. (R25.11-4)

xix) negação do posto, pressuposto ou subentendido: Ao planejar a ampliação do aeroporto, o governo chinês não se limitou a esse patamar, já alto, **mas** decidiu ir além, aumentando a sua capacidade para 82 milhões de passageiros. (R7.4-2)

xx) eliminação provisória: Lula tem uma bela história de vida, foi um líder sindical de resultados e é um presidente da República eficiente e amado, **mas** ele só tem a perder se se deixar transformar em mito vivo. (R25.11-1)

O último parâmetro estabelecido para ser analisado foi quanto ao compartilhamento do tempo verbal entre as orações interligadas pelo conector 'mas'. A importância da análise deste item é a possibilidade de comprovarmos que o não compartilhamento de tempo verbal torna as orações com uma ligação mais frouxa. Em (xxi) temos um exemplo de orações que compartilham o tempo verbal e em (xxii), orações sem compartilhamento temporal:

xxi) compartilhamento temporal: *A intenção é boa, **mas** a nova lei antipalmada levanta uma série de questionamentos de ordem legal e cultural.* (R21.7-7)

xxii) não compartilhamento temporal: *A ortotanásia não está contemplada em lei, **mas** dificilmente um médico seria punido pela Constituição.* (R28.4-2)

Nas tabelas a seguir contemplam-se o número de ocorrências do conector 'mas' nos gêneros analisados com o seu correspondente percentual e a análise dos resultados desses dados, que marcam ocorrências linguísticas ainda não registradas ou aceitas em diversos manuais gramaticais.

3.2. Dados analisados

Nossos resultados serão apresentados por meio de tabelas demonstrativas dos dados analisados nas cartas de leitor e nas reportagens,

na sequência em que foram apresentados no subitem acima. Por razões metodológicas, houve, em alguns casos, a aproximação de duas casas decimais no que diz respeito ao cálculo das porcentagens representativas dos dados em nosso trabalho.

Iniciamos apresentando os dados referentes ao compartilhamento de sujeitos. Em nosso *corpus*, analisamos o compartilhamento do sujeito das orações paratáticas por meio da utilização de pronomes, sintagmas nominais, enunciados, anáfora zero ou o não compartilhamento de sujeitos. Observa-se:

COMPARTILHAMENTO DE SUJEITOS		
	Cartas de leitor	Reportagens
Pronome	3 (5.7%)	2 (3.3%)
Sintagma nominal	2 (3.8%)	2 (3.3%)
Enunciado	-	-
Anáfora zero	12 (22.6%)	20 (33.3%)
Não correferente	36 (68%)	36 (60.1%)
Subtotal	53 (100%)	60 (100%)
Total de ocorrências	113	

(Tabela 1 – Compartilhamento de sujeitos: dados referentes à análise percentual da correferência entre os sujeitos das orações conectadas através do juntor ‘mas’)

Com um total de 36 ocorrências, a tabela apresenta 68% de sujeito não correferente ou não compartilhado nas cartas. Nas reportagens, também é observado um número significativo quanto ao não compartilhamento de sujeitos: 36 ocorrências (60.1%). São números bastante representativos se pensarmos na noção de binariedade própria do conector ‘mas’, potencialmente representada pelo compartilhamento de sujeito entre as orações vinculadas.

Entendemos como não compartilhamento de sujeito os casos em que houve o uso do processo de rotulação ou recategorização, como nos casos abaixo:

a) Dá muita segurança saber que há o laser, um caminho promissor na medicina, não apenas uma luz, *mas* **uma avenida** aberta aos diversos setores, podendo ser utilizado em estética e em curas.

b) A cabeça comandou, *mas* o corpo não obedeceu e reagiu emitindo sinais bioquímicos característicos.

Esses mecanismos, normalmente, fazem referência ao sujeito da oração a que são coordenados. Entretanto, eles são empregados para que haja a introdução de um novo referente ou de um novo argumento, pois a recategorização e a rotulação consistem em uma reorganização mental do que lhes foi referido, implicando em uma opinião dada pelo responsável do discurso.

No caso de textos que empregam a retextualização, como nas cartas de leitor, há a necessidade de recategorização, pois este é um gênero opinativo e ao exprimir opinião, transfere o assunto tratado para uma nova categoria: a opinião da revista, dissimulada pelo pretenso respeito à opinião do leitor. Nesse caso, dá novo valor de verdade ao texto, pois foi efetuada uma releitura do fato expresso pela reportagem, o que justifica a recategorização. Normalmente essa recategorização é feita por um SN pleno e, como se mencionou acima, esse rótulo é feito mentalmente pelo leitor ao reorganizar o que leu, quando faz uma reavaliação do conhecimento adquirido. As categorias também mudam por parte do leitor e por parte de quem escreve também – estas são características da retextualização textual.

Outro número significativo em nossa análise foram os dados referentes à utilização de anáfora zero, que pode ser um mecanismo coesivo, além de uma forma para que seja estabelecida a progressão argumentativa. Uma vez que o referente já tenha sido dado, o emprego da anáfora zero é bastante eficaz. Diferentemente dos casos em que não há compartilhamento de sujeito (usam-se recategorização e rotulação), o emprego da anáfora zero representa a manutenção de um mesmo referente. Neste item, há um aumento de percentual no gênero reportagem (20 ocorrências) porque há uma manutenção de referente introduzido no discurso maior que nas cartas (12

ocorrências) e este dado remete à questão dos gêneros textuais distintos: reportagens são mais extensas, contêm mais informações, não são retextualizadas, apenas revisadas quando necessário e as alterações são feitas por seu próprio autor.

Na tabela 2, apresentamos os dados referentes à extensão textual relacionada ao emprego do juntor ‘*mas*’, pois queríamos comprovar a binariedade que lhe é conferida em várias gramáticas - o ato de ele conectar apenas dois períodos.

EXTENSÃO TEXTUAL		
	Cartas de leitor	Reportagens
Sintagma nominal	-	1 (1.6%)
Orações	19 (35.8%)	16 (31.7%)
Enunciado	34 (64.2%)	36 (66.7%)
Subtotal	53 (100%)	60 (100%)
Total	113	

(Tabela 2 – Extensão textual: porcentagens relativas à análise dos segmentos unidos por meio do juntor ‘*mas*’)

Pudemos perceber que seu uso no *corpus* analisado está em direção distinta ao que se encontra nas publicações gramaticais tradicionais. A oração introduzida pela conjunção não conecta predominantemente orações simples, como afirma a tradição. Entretanto faz a ligação entre enunciados, conjuntos de orações complexas que são referidas no período coordenado. Nos dois gêneros textuais analisados, observa-se essa ocorrência, inclusive com uma proximidade percentual bastante significativa: 64.2% em cartas e 66.7% nas reportagens.

Ao dizermos que a predominância da porção textual relacionada à oração introduzida pelo juntor ‘*mas*’ é de enunciados, temos o juntor passando por um processo de um juntor simples de orações para um juntor mais discursivo, servindo para porções textuais mais longas. Esse fato faz o juntor sair da sua prototipicidade binária, segundo as gramáticas tradicionais, para

uma proximidade de outras relações, como a das concessões, pois observamos um elo mais fraco entre as orações, o que torna as construções mais próximas das concessões do que das adversativas.

Segundo os autores funcionalistas, como Halliday (1985), as orações adverbiais, neste caso as concessivas, de fato expressam relações mais frouxas, orações menos vinculadas umas às outras, o que justificaria dizermos que essa relação de proximidade entre as concessivas e as adversativas é possível. O conector nesse caso estaria funcionando mais num nível hipotático do que paratático. Nas relações hipotáticas, como mostra Halliday (1985) e outros autores funcionalistas como Dik (1989), as relações servem como frames ou “empacotamento” das informações (CHAFE, 1984).

Numa direção concomitante à teoria apresentada pela GT, os casos que não relacionavam enunciados, relacionavam uma única oração (35.8% em cartas e 31.7% em reportagens), que seria o percurso comum pela função relacionada ao *‘mas’*. Contrariando o que prescreve alguns autores, como Perini (2004), ao afirmarem que este conector não relaciona sintagmas nominais, tivemos uma ocorrência deste tipo. Por ser apenas um caso, não se pode generalizar o fato de o item *‘mas’* relacionar SNs, embora seja digno de nota.

Vinculando a análise da extensão textual com os dados sobre o compartilhamento de sujeitos, podemos dizer que devido a enunciados mais frouxos, servindo apenas como frames, ou seja, como *fundo* para as outras orações, há um fator propício para a recategorização. Esta recategorização está no nível da proposição, nível 3 (Dik, 1989) e não da predicação, nível mais baixo. Este expediente poderá proporcionar também a inclusão de novos referentes.

Iniciamos a apresentação dos dados sobre os valores semânticos adquiridos pelo conector *‘mas’* em nosso estudo. A tabela inicial (TABELA 3) representa os dados referentes às análises de orações que possuem direções semânticas opostas – a oração introduzida pelo juntor desconsidera de alguma forma o que foi dito na oração coordenada. Temos os valores:

VALOR SEMÂNTICO		
Contraste com orações em direções opostas		
	Cartas de leitor	Reportagens
Contraste	11 (20.7%)	9 (15%)
Compensação	1 (1.8%)	5 (8.4%)
Restrição	2 (3.7%)	4 (6.6%)
Negação de inferência	2(3.7%)	1 (1.7%)
Subtotal de ocorrências	16 (30.2%)	19 (31.6%)
Total de ocorrências	53 (100%)	60 (100%)
Total	113 (100%)	

(Tabela 3 – Valor semântico em orações de direções opostas: percentual de ocorrências em construções com algum tipo de valor semântico contrastivo)

Nessa tabela, observamos os valores semânticos relacionados a uma expansão do contraste. Todos os índices enquadram-se no contraste, pois mantêm algum ponto que pode caracterizá-los assim. Entretanto optamos por evidenciar quais tipos de valores semânticos podem estar envolvidos com os empregos do *juntor*.

O valor de contraste predomina nos dois gêneros, com maior índice nas cartas de leitor, o que o aproximaria da relação prototípica do conector '*mas*'. Chama atenção o índice de compensação nas reportagens (8.4%), atingindo metade do percentual da ocorrência de contraste (15%), o que nos permite pensar que o conector caminha da ideia prototípica de contraste para a ideia de concessão – existe uma relação próxima entre compensação e concessão (representada prototipicamente por *apesar disso*).

Há de se notar que nas reportagens o número 8.4% é mais da metade do que o percentual de 15% no valor semântico de contraste. A ideia de *contraste* mostrar-se ainda maior que a ideia de compensação pode representar uma transição quanto aos valores e usos desse conector, marcando uma aproximação do '*mas*' para um valor de concessão (*apesar disso*, em compensação), comprovando, assim, um de seus processos de gramaticalização – transição entre classes ou alteração de algum ponto lexical.

A tabela seguinte apresenta a análise relacionada às orações que possuem a mesma direção semântica – a oração introduzida pelo juncor apresenta um argumento superior ou não inferior ao primeiro, normalmente com uma relação comparativa ou superlativa. Veja os dados:

VALOR SEMÂNTICO		
Contraste com orações na mesma direção semântica		
	Cartas de leitor	Reportagens
Introdução de novo argumento	3 (5.6%)	3 (5%)
Introdução de novo foco	2 (3.8%)	2 (3.3%)
Introdução de novo tema	2 (3.8%)	1 (1.7%)
Subtotal de ocorrências	7 (13.2%)	6 (10%)
Total de ocorrências	53(100%)	60 (100%)
Total	113(100%)	

(Tabela 4 - Valor semântico em orações de mesma direção: percentual de ocorrências em construções com algum tipo de valor semântico contrastivo)

Nas orações com as mesmas direções semânticas, observamos os dados bem distribuídos entre seus valores. Há um equilíbrio entre a introdução de novos argumentos, focos e temas. Por haver a consideração do conteúdo expresso pela outra oração, há nas cartas uma maior quantidade de introdução de novos argumentos (3 ocorrências- 5.6%), por ser mais vinculado a um mesmo referente, assim como nas reportagens, que também apresentam a maior quantidade de ocorrências nesse valor (3 ocorrências- 5%). Podemos dizer que nas orações com um mesmo direcionamento semântico, normalmente acontece a manutenção de um mesmo referente, mas nem sempre por meio de correferência, entretanto não se pode descartar o número de introdução de novos focos (2 (3.8%) nas cartas e 2 (3.3%) nas reportagens), assim como a introdução de novos temas (nas cartas, 2 ocorrências (3.8%) e 1 ocorrência (1.7%) em reportagens) que vão se distanciando da prototípia do 'mas' por apresentarem novos referentes, desligando-se da ideia de binariedade deste juncor.

Na tabela 5, temos as análises das orações com direções semânticas independentes, cuja ocorrência refere-se à introdução de um argumento ainda não considerado. Admite-se o argumento anterior, mas se oferece outro considerado superior e novo:

VALOR SEMÂNTICO		
Contraste com orações em direções semânticas independentes		
	Cartas de leitor	Reportagens
Introdução de novo argumento	4 (7.6%)	6 (10%)
Introdução de novo foco	4 (7.6%)	8 (13.4%)
Introdução de novo tema	9 (17%)	7(11.6%)
Subtotal de ocorrências	17 (32%)	21 (35%)
Total de ocorrências	53 (100%)	60 (100%)
Total	113(100%)	

(Tabela 5 - Valor semântico em orações de direções independentes: percentual de ocorrências em construções com algum tipo de valor semântico contrastivo)

Nas cartas de leitor, encontramos valores idênticos quanto às orações que, por meio do emprego do jutor 'mas', introduzem um novo argumento ou um novo foco - 4 ocorrências (7.6%). A porcentagem de orações em que há a introdução de um novo tema – 17% - é bem alta se compararmos aos valores semânticos anteriores: mais que o dobro. Nas reportagens, registramos 6 ocorrências (10%) para a introdução de um novo argumento, 8 ocorrências (13.4%) em que houve a introdução de um novo foco e 7 casos (11.6%) em que ocorreu a introdução de um novo tema.

Nesta tabela, observamos um alto índice do emprego do conector 'mas' aliado à introdução de um novo tema, principalmente nas cartas de leitor, o que significa uma grande mudança quanto ao referente das orações. Essa alteração está diretamente ligada à não correferência de sujeitos, pois se vincula ao uso do mecanismo da recategorização, uma reformulação do que

foi expresso pela oração coordenada para então prosseguir com o discurso. Nas orações com direção semântica independente é que se pode notar essa considerável introdução de novos temas, pois a ideia de contraste é mais evidente. Há naturalmente uma contraposição em maior ou menor grau entre as orações, propiciando, desta forma, uma notável introdução de novos temas em um mesmo período.

Nos dados coletados nas reportagens, há um percentual maior no valor semântico relacionado à introdução de um novo foco. Podemos dizer que há uma gradação nos itens avaliados: argumento < foco < tema. Um novo foco seria o meio de um processo de transição para que fique explícito o acréscimo de um novo referente – novo tema. Nas reportagens, há mais focos novos que temas novos por estar em transição. Este fato deve-se à própria característica deste gênero, pois há a necessidade de uma manutenção maior de um mesmo referente, o que explicaria a ausência da introdução de novos temas.

A introdução de um novo foco ainda esta relacionada a um novo argumento; são ocorrências distintas, mas próximas. Quando existe um novo argumento, é comum um mesmo referente entre as orações. Quando há um novo foco; com a introdução de um novo tema, esse referente é alterado. Este fenômeno pode ser observado nas cartas de leitor com mais clareza, pois há um espaço mais reduzido para a expressão e isto demanda uma concentração maior de informações. A quantidade de sujeitos não correferentes na carta está diretamente ligada à introdução de novos temas, novos referentes, motivados pela estrutura do gênero textual empregado.

Há basicamente dois valores semânticos predominantes: o contraste e a eliminação. As diferentes gradações de contraste justificam os diferentes valores por eles adquiridos. Quando não se pode ser observar qualquer ponto contrastivo, temos casos de eliminação, em que um argumento pode ser total ou parcialmente desconsiderado pela outra oração. Abaixo, seguem os dados sobre as ocorrências que continham o valor semântico relacionado à eliminação:

VALOR SEMÂNTICO – ELIMINAÇÃO		
	Cartas de leitor	Reportagens
(não) Subsequência temporal	3 (5.6%)	2 (3.3%)
Negação do posto, pressuposto ou subentendido	4 (7.6%)	4 (6.6%)
Desconsideração do primeiro enunciado	6 (11.5%)	8 (13.4%)
Subtotal de ocorrências	13 (24.5%)	14 (23%)
Total de ocorrências	53 (100%)	60 (100%)
Total	113(100%)	

(Tabela 6 - Valor semântico de eliminação)

Nos valores semânticos relacionados à eliminação, temos os casos em que é observada a eliminação por meio da subsequência temporal. A sequência de fatos representada pelos tempos verbais empregados pode ou não contribuir para a eliminação de um dos enunciados. Esse tipo de eliminação foi a menos empregada nas ocorrências de nosso *corpus*, tanto nas cartas (5.6%) como nas reportagens (3.3%).

De forma pragmática, podemos dizer que não há a eliminação total de um fato ou argumento para que haja a consideração do outro. Será necessária uma consideração mínima do que foi anteriormente dito, para, então, se fazerem outras proposições. A utilização de uma contraposição pode excluir o que se disse antes, pode ainda desconsiderar ou questionar parcialmente um fato. Essa gradiência, contudo, deve levar em consideração o fato de não poder chegar ao nível de um completo desentendimento ou incoerência. Essa exclusão pode ser uma interferência do repórter, por exemplo, no caso das reportagens; não há contraposição, apenas a desconsideração do primeiro fato enunciado num grau maior ou menor para desencadear outras observações.

Na tabela a seguir, temos os tempos verbais mais comuns empregados nas construções para que se desenvolva um texto mais bem organizado:

COMPARTILHAMENTO DE TEMPO VERBAL		
	Cartas de leitor	Reportagens
Presente do indicativo/presente do indicativo	26 (49%)	19 (31.6%)
Presente do indicativo/ futuro do presente	2 (3.8%)	3 (5%)
Pretérito/pretérito	9 (17%)	27 (45%)
Presente do indicativo/ futuro do pretérito	2 (3.8%)	3 (5%)
Não compartilhamento	14 (26.4%)	8 (13.4%)
Subtotal	53 (100%)	60(100%)
Total de ocorrências	113	

(Tabela 7 – Tempos verbais: número de ocorrências em que há uma relação progressiva entre o uso dos tempos verbais nos enunciados conectados pelo juntor ‘mas’)

Podemos observar que, em relação às cartas, há a predominância do uso do presente do indicativo nas orações coordenadas – 26 ocorrências (49%). Aproximadamente metade das cartas de leitor apresenta construções no tempo presente. Essa constatação revela uma relação direta com a estrutura do gênero textual, pois exprimem a opinião do autor e normalmente revelam outros fatos, além daqueles dados pelas reportagens, que tem alguma relação com o tema abordado.

Nas reportagens, observamos uma maior concentração no uso do pretérito (45%) e presente do indicativo (31.6%), pois esse gênero basicamente retrata fatos que já ocorreram, que estão em desenvolvimento ou podem apresentar consequências das ações passadas para as atuais. Muitas vezes utilizou-se o pretérito para descrever situações, apresentar notícias e como eram acontecimentos concluídos, esse tempo verbal foi adequado. Em situações em que havia o desenvolvimento de ações ou o escritor reportava-se a um outro fato, ou a alguma situação geral foi empregado o presente do indicativo.

Há uma disparidade entre o emprego do tempo pretérito nas cartas (9 ocorrências) e nas reportagens (27 ocorrências). Isso pode se justificar pela característica de cada um dos gêneros, ou seja, a perspectiva de como cada um deles trata o conteúdo. Trata-se de direções diferentes: a carta é um

gênero opinativo, a reportagem, informativo. Em ambos os gêneros analisados, as situações de não compartilhamento de tempo verbal expunham situações com idas e vindas no tempo das ações. A manutenção do tempo verbal não apresentava uma sequência temporal, como nos outros casos.

CONCLUSÃO

Este estudo foi capaz de verificar alguns pontos novos sobre o emprego do conector '*mas*'. Essas constatações satisfazem e vão além de nossos objetivos, pois algumas considerações ultrapassaram nossa expectativa e comprovaram que a língua de fato está em contínua mudança, criando fenômenos que servem para preencher suas necessidades (motivações em competição), que marcam sua evolução e apresentam novas ocorrências.

Comprovou-se nossa hipótese inicial de que o gênero textual realmente pode influenciar no uso dos elementos linguísticos. Encontraram-se alguns pontos divergentes em relação à nossa pesquisa e a de alguns teóricos, basicamente considerados tradicionais. O ponto de divergência está em relação ao compartilhamento de sujeitos. A característica entre a conexão de dois segmentos, conectados por '*mas*' é maior em relação aos sujeitos das duas orações e não em relação à binariedade propriamente dita, ponto de convergência entre os autores. Além disso, abriu-se a perspectiva para casos em que não houve o compartilhamento de sujeitos, ocorrências muitas vezes dispensadas pelas gramáticas tradicionais que voltam seu foco para o conector propriamente dito, com classificações apriorísticas. Pode-se analisar o comportamento sintático-semântico desse juntor nos gêneros em pauta: reportagens e cartas de leitor correspondentes da revista *Veja*.

Ao pensarmos na teoria gramatical tradicional, vemos uma disparidade: o conector '*mas*' é empregado na ligação entre orações que deveriam possuir um vínculo mais forte, uma ligação mais estreita, causada, inicialmente, pelo compartilhamento de sujeitos, foco inicial de uma oração. Em nossa pesquisa, pudemos constatar, entretanto, que a conexão estabelecida pelo juntor '*mas*' nos gêneros analisados é mais frouxa, com proposições menos ligadas.

A análise referente ao parâmetro "compartilhamento de sujeitos" comprovou esse vínculo mais fraco. Surpreendeu-nos o fato de haver uma grande ocorrência no emprego do juntor '*mas*' como um mecanismo de recategorização – uma espécie de reorganização do enunciado e que,

normalmente, gera a introdução de novos focos e temas. Quando temos o compartilhamento entre sujeitos, observamos a preferência pelo uso da anáfora zero, mecanismo coesivo comum em produções textuais, comprovado principalmente pelos dados obtidos na análise das reportagens – o que indica, neste ponto, uma possível influência do gênero textual.

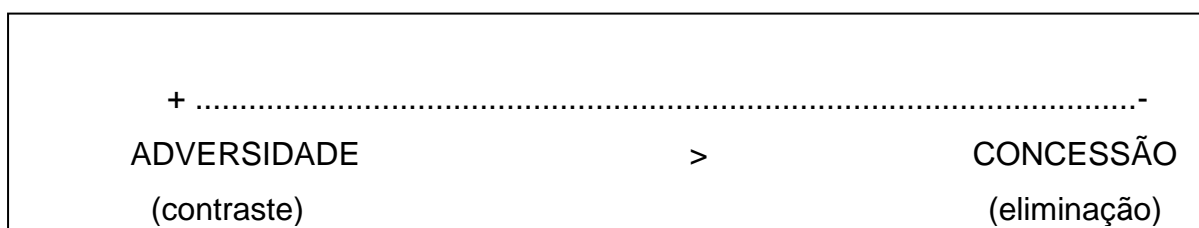
Apesar de os conectores apresentarem compartilhamento de sujeito, são não correferentes e introdutores de uma nova categoria ou recategorizações, com mais frequência nas cartas de leitor, porque há introdução de novo tema, com valores semânticos contrapostos em direção semântica independente. Nas reportagens, o valor com contraste predominante é de introdução de novo foco, que marca uma transição entre os novos argumentos, ligados ao compartilhamento de sujeito, e um novo tema, com apresentação de novo referente.

As extensões textuais interligadas pelo juntor adversativo pesquisado mostram-nos um fato inusitado, que negam alguns conceitos adotados pela gramática tradicional. Nos dois gêneros textuais pesquisados, houve uma grande incidência da conexão entre enunciados e não entre orações, como tem preconizado a tradição a. Esse fato nos faz rever noção de binariedade deste elemento, porque, como se demonstrou, ele relaciona não apenas duas orações, mas também extensões textuais diferentes, conectando, inclusive, sintagmas nominais, ocorrência não contemplada pelas gramáticas tradicionais na exposição e descrição dessa possibilidade de língua em uso.

As diferentes categorias analisadas justificam algumas motivações da estrutura do gênero textual, noção que entreabre a possibilidade de confirmação de uma gramática emergente, à disposição do funcionamento da língua. Ao falarmos das cartas de leitor, temos a expressão de uma opinião que foi retextualizada para adequar-se aos moldes do veículo de publicação. Tem, portanto, de ser mais objetiva e não deve apresentar uma contra-argumentação. No caso das reportagens, a ocorrência de inferência é rara porque este é um gênero que tenta reproduzir a realidade.

Contrariando a proposta da GT, podemos dizer que não há construções com contrastes totais e há a incidência de mais contraste que eliminação, o que marca um forte opositor, com relações mais explícitas. Observamos uma

gradiência entre os níveis de contraste, que pode ser muito alto, porém não absoluto, ou muito baixo, aproximando-se mais de uma concessão. As relações semânticas citadas – contraste e eliminação – podem ser representadas em uma linha de gradiência, representando um polo positivo e um polo negativo que possuem interligações, pontos em comum, porém não podem ser considerados dentro de uma mesma grupo. O polo positivo representa a ideia prototípica da adversidade: o contraste propriamente dito. Em nosso estudo, seria o emprego ideal do conector ‘mas’. A partir desse modelo, seguimos ao outro polo, que representa a eliminação, outra relação semântica, estritamente ligada à ideia de concessão, outro grupo de classificação:



(Quadro 4 – Gradação entre as orações adversativas e concessivas: ilustração sobre a gradação existente entre as orações prototipicamente adversativas e concessivas)

Outro ponto da análise que envolve gradação foi visto nos dados das tabelas 5 e 6, no que se refere às orações com direções semanticamente independentes ou numa mesma direção. Há uma gradação entre um novo argumento, um novo foco e um novo tema e isso está ligado diretamente à questão da manutenção ou não de um mesmo referente entre os períodos. Observamos em nosso *corpus* que, quando temos o emprego do juntor ‘mas’ relacionado à introdução de um novo tema, há uma quebra de expectativa em relação ao que se esperaria de construções adversativas, ou seja, deveria ser observado um vínculo maior, com a manutenção do mesmo sujeito, ou referente.

Entre os tipos básicos de valor semântico, as cartas são mais propensas à eliminação, pois ela pode ser atribuída ao processo de retextualização, ao espaço cedido para sua publicação, ao(s) editor (es) que

tendem a reunir a maior número de argumentos possíveis sob uma mesma perspectiva: recebemos um texto que possui o máximo de informações no mínimo de espaço.

As reportagens são mais propensas ao valor semântico de contraste, pois têm mais espaço para serem publicadas; são menos retextualizadas, pois, após serem revisadas, é o próprio autor quem deve fazer as alterações necessárias, mantendo uma mesma linha de progressão textual. O autor das reportagens tem de ausentar sua visão ao máximo: apresentar apenas os fatos investigados, o mais neutro possível. Há ainda o fato de ser um texto escrito; se fosse falado, as condições de entonação e prosódia, por exemplo, poderiam influenciar tal neutralidade.

O gênero textual carta de leitor concilia vários fatores que o caracteriza: aborda uma reportagem, expressa a opinião de seu autor aliada à opinião da revista, sem demonstrar um conflito evidente. Para tanto é mais fácil utilizar a eliminação. Nos casos em que encontramos ocorrências de cartas de leitor com introdução de um novo tema, constatamos um nível alto de retextualização, devido ao fato de apresentar muita informação nova para um reduzido espaço, o que acarreta a quebra um da coesão textual. Esse é um dos casos em que a edição do texto pode prejudicar o desenvolvimento do contraste, ou interferir em sua ideia.

As cartas de leitor são subcategorias do gênero carta. Entretanto, apresentam muitas distinções com relação a seu gênero base, tais como: grau de informatividade, tipo de destinatário e remetente, o conteúdo de seu texto que se aproxima de um comentário opinativo e o fato de ser retextualizada. Especificamente sobre o processo de retextualização pelo qual é submetida, alguns fatores tornam-se aparentes, tais como: a forma do dizer, as condições de produção, a informação em sua 'embalagem' final. Uma das grandes características desse tipo de carta é mostrar detalhes e dados de seu meio de publicação, em nosso caso a revista *Veja*: fazer parecer-se neutra, dar uma espécie de satisfação ao leitor por sua atenção, evidenciar a voz do editor, do leitor e da revista. A opinião do leitor é filtrada pelo editor para apresentá-la da melhor forma possível, o que remete novamente à introdução do novo tema.

As cartas de leitor são interessantes para seu veículo de publicação por serem um meio de propaganda, pois expressam a boa impressão deixada a seus leitores, a democracia da notícia, que pode agradar ou não, e da revista, que sabe receber “críticas”. A estrutura linguística amolda-se aos interesses maiores até atingir o grau necessário para agradar ou suprir uma necessidade aparente e essas condições geram a evolução que observamos na língua e as alterações que seus elementos sofrem: o uso da língua marca sua evolução.

Como afirmou Swales (1990), a estrutura do gênero textual pode motivar alguns usos linguísticos e foi o que comprovamos em nosso estudo, porque várias estatísticas marcam certa predominância em alguns aspectos que tem relação direta ao gênero que representa. Outros usos foram constatados indo numa direção oposta ao que é afirmado por muitos teóricos, como a binariedade do conector ‘mas’: ele conectou mais enunciados do que uma única oração; houve a presença de muitos casos em que se introduziam novos referentes e que não foram mantidos. Essas características também representam ligações sintático-semânticas mais frouxas.

As possibilidades e a continuidade desse estudo não se esgotam, mas como todo estudo deve possuir recortes metodológicos, esses foram os que escolhemos para serem analisados nesse momento. Acreditamos que nossos resultados representam considerações novas e relevantes à Descrição Linguística e que devem continuar para que novas descobertas sejam apresentadas, além de abrir horizontes críticos principalmente na área de ensino, em que os educadores devem estimular o pensamento reflexivo de seus discentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKTHIN, M. Os gêneros do discurso (2003 a [1952-1953]). In _____. **Estética da criação verbal**. Trad: P. Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, p 261-306.
- BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.
- CASTILHO, A. T. de. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 3ª ed. Revisada. 5ª reimpressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- CHAFE, W. L. How People Use Adverbial Clauses. **Annual Meeting of Berkeley Linguistics Society**, v.10, p.437- 449, Berkeley, 1984.
- DU BOIS, J.W. Competing motivations. In: HAIMAN. J (ed.). **Iconicity in syntax**. Amsterdam: John Benjamins, 1985, p. 343-365.
- DIK, S.C. **The Theory of Functional Grammar**. Part I: the structure of the clause. Dordrecht: Foris, 1989.
- _____. **The Theory of Functional Grammar**. Part II: complex and derived constructions. New York: Mouton de Gruyter, 1997.
- HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to Functional Grammar**. London: Edward Arnold Publishers, 1985.
- HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. **Cohesion in English**. London: Longman, 1976.
- HENGEVELD, K. The architecture of a Functional Discourse Grammar. In: MACKENZIE, J. L.; GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. Á. (ed.). **A new architecture for Functional Grammar** (Functional Grammar Series 24). Berlin: Mouton de Gruyter, 2004.
- _____. Dynamic expression in Functional Discourse Grammar. In: GROOT, C.; HENGEVELD, K. (ed.) **Morphosyntactic expression in Functional Grammar** (Functional Grammar Series 27). Berlin: Mouton de Gruyter, 2005.
- HENGEVELD, K. ; MACKENZIE, J. L. **Functional Discourse Grammar**. In: HEINE, B., NARROG, H. (ed.). **The Oxford Handbook of Linguistic Analysis**. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- HOPPER, P.J, THOMPSON, S.A. Transitivity in Grammar and Discourse. **Language**, v. 56. p. 251-99, 1980.

LUCENA, I. L. **Aspectos discursivos da predicação do gênero reportagem**. In: Grupo de Estudos Funcionalistas – GEF; Universidade federal do Ceará – CD, 2007.

MOTTA-ROTH, D. **Rethorical features and disciplinary cultures. A genre-based study of academic book reviews in linguistics, chemistry and economics**. Tese de doutorado. Florianópolis: PGI/ Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.

MELO, J. M. de. **A opinião do jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (org.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (orgs). **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez, 2004.

NEVES, M. H. de M. O coordenador interfrasal *mas*. Invariância e variantes. **Alfa** 28, p.21-42, 1984.

_____. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. Articulação de orações: a questão dos estados de coisas. **Revista de Filologia e Língua Portuguesa**. São Paulo, p. 83-96, 1999.

_____. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

_____. A gramaticalização e a organização dos enunciados. **Revista SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 13-22, 2º sem. 2001.

_____. **A gramática: história, teoria e análise, ensino**. São Paulo: UNESP, 2002.

_____. **Que gramática estudar na escola?** São Paulo: Contexto, 2004.

_____. **Texto e Gramática**. São Paulo: Contexto, 2007.

PERINI, M.A. **Gramática Descritiva do Português**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 2004.

RISSO, M. S. *et al.* Marcadores Discursivos: traços definidores. In: KOCH, I. G. V. (org.). **Gramática do português falado**. Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP, v.VI, 1999.

SCHIFFRIN, D. **Discourse markers**. Cambridge : Cambridge University Press, 1987.

_____. Discourse markers, meaning, and context. *In*: Schiffrin, D.; Tannen, D.; Hamilton, H. E. (ed.). **The Handbook of Discourse Analysis**. Oxford/Maldon: Blackwell, 2003.

SWALES, J. **Genre analysis**: English in academic and research texts. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

ANEXO

Corpus informatizado